

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

GIULIA ASSUNÇÃO SICHELERO

O NEOEXTRATIVISMO E SUAS RELAÇÕES COM A COMUNIDADE
QUILOMBOLA VILA NOVA EM SÃO JOSÉ DO NORTE/RS

Porto Alegre 2022

Giulia Assunção Sichelero

**O Neoextrativismo e suas Relações com o Quilombo Vila Nova em
São José do Norte/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cláudia Luísa Zeferino Pires

Porto Alegre, 2022

CIP - Catalogação na Publicação

Sichelero, Giulia
O Neoextrativismo e suas Relações com a Comunidade
Quilombola Vila Nova em São José do Norte/RS / Giulia
Sichelero. -- 2022.
67 f.
Orientadora: Cláudia Luisa Zeferino Pires.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Geociências, Bacharelado em Geografia, Porto
Alegre, BR-RS, 2022.

1. Quilombos. 2. Neoextrativismo. 3. Demarcação. 4.
Território. 5. Cartografia Coparticipativa. I.
Zeferino Pires, Cláudia Luisa, orient. II. Título.

Giulia Assunção Sichelero

**O Neoextrativismo em São José do Norte e suas Relações com o Quilombo
Vila Nova em São José do Norte/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Geografia
do Instituto de Geociências da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cláudia Luísa
Zeferino Pires

Porto Alegre, Outubro de 2022

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cláudia Luísa Zeferino Pires

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dr.Caio Floriano dos Santos

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Me.Lara Machado Bitencourt

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Finalizar um ciclo não é fácil, olhar para trás e perceber o quanto eu cresci como mulher e pesquisadora ao longo dessa jornada acadêmica me deixa orgulhosa das minhas escolhas que surgiram lá no início da graduação. Sinto uma profunda gratidão pelas professoras, minhas mestras, que me inspiraram e motivaram em todos os momentos desse caminho: Cláudia e Lara vocês me mostraram que a educação começa pelo afeto, muito obrigada por confiarem em mim e no meu trabalho e me acolherem no NEGA. A todas as minhas colegas de núcleo de pesquisa, a Laisa e a Winnie deixo também minha profunda gratidão por todos os ensinamentos e trocas sobre cartografia; gracias Laura pela parceria e dupla confirmada de trabalho e Diego por todas as caronas na volta das atividades no Quilombo dos Alpes.

Não poderia deixar de agradecer aos meus colegas da barra 2017/2 por serem uma turma tão diversa, inteligente e aberta. Júlia Lorenz, Natally, Carmen, Carina, minhas hermanas da geografia para vida, obrigada por cada troca de ideias no DAGE. A minha parceira, que abraçou junto comigo esse tema de pesquisa Júlia Ilha, gratidão, estamos juntas e ainda bem que o trabalho fica melhor compartilhado. Agradeço também ao Caio e à professora Rumi por toda a ajuda na articulação com o Quilombo Vila Nova. Um agradecimento especial para o Quilombo Vila Nova, principalmente para o Flávio e a Vanuza por serem tão acolhedores e fortes e possibilitarem a realização desse trabalho.

Deixo a família por último nessas linhas, mas a ordem não remete a importância. Gratidão mãe, por todo o teu trabalho que possibilitou meus estudos, graças a esse movimento hoje eu sou a primeira pessoa da nossa família que conquista uma graduação. Carol e Fabi, gracias por me acompanharem desde o colégio e por serem minhas melhores amigas neste mundo. Bruno, gracias por ser esse companheiro compreensivo, amoroso e calmo e por topar todas as ideias que surgiam na minha cabeça, por participar e trabalhar junto comigo na captação e edição de diversos vídeos durante a graduação e por último gratidão ao coletivo Catarse pelos equipamentos emprestados e parceria ao longo dessa trajetória.

SOU

Oliveira Silveira

Sou a palavra cacimba
pra sede de todo mundo
e tenho assim minha alma:
água limpa e céu no fundo.

Já fui remo, fui enxada
e pedra de construção;
trilho de estrada-de-ferro,
lavoura, semente, grão.

Já fui a palavra canga,
sou hoje a palavra basta.
E vou refugando a manga
num atropelo de aspa.

Meu canto é faca de charque
voltada contra o feitor,
dizendo que minha carne
não é de nenhum senhor.

Sou o samba das escolas
em todos os carnavais.
Sou o samba da cidade
e lá dos confins rurais.

Sou quicumbi e maçambique
no compasso do tambor.
Sou um toque de batuque
em casa jeje-nagô.

Sou a bombacha de santo,
sou o churrasco de Ogum.
Entre os filhos desta terra
naturalmente sou um.

Sou o trabalho e a luta
suor e sangue de quem
nas entranhas desta terra
nutre raízes também.

RESUMO

Este trabalho busca investigar a expansão do neoextrativismo em São José do Norte e suas consequências sobre o modo de vida das comunidades tradicionais habitantes do município e em específico o Quilombo Vila Nova . O objetivo presente nesta pesquisa está no processo de auto demarcação territorial realizado junto com a comunidade, registrando sua geografia histórica e seus enfrentamentos assim como realizando uma cartografia coparticipativa e contracolonial tornando visível a territorialidade quilombola no espaço geográfico. A metodologia utilizada foi a pesquisa participante no qual o trabalho de campo in loco foi essencial para a realização de entrevistas semi estruturadas sobre a comunidade, seu território e modo de vida. Os resultados gerados mostram a distribuição espacial quilombola no município e os principais marcadores territoriais do quilombo Vila Nova, assim como também a discussão acerca do neoextrativismo e o papel da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho que concede o direito da consulta livre, prévia e informada para comunidades tradicionais.

Palavras chave: Neoextrativismo; Demarcação Territorial; Quilombo; Cartografia Coparticipativa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Quilombo Vila Nova	10
Figura 2: Empreendimentos em fase de Licenciamento Ambiental em SJN	12
Figura 3: Reunião Online	14
Figura 4: Municípios com projetos de mineração no RS	20
Figura 5: Comunidades Remanescentes de Quilombo no Litoral Negro do RS	23
Figura 6: Localização de São José do Norte	26
Figura 7: Especulação Minerária em São José do Norte	27
Figura 8: Divisão distrital de SJN e Comunidades Pesqueiras	30
Figura 9: Família Machado	36
Figura 10: Conceição Maria da Silveira	37
Figura 11: Árvore Genealógica da Família Xavier Machado	38
Figura 12: Invasão de Pinus no território do Quilombo Vila Nova	39
Figura 13: Coleta de resina de Pinus	40
Figura 14: Coleta de pontos GPS no Quilombo Vila Nova	43
Figura 15: Mapa do Território pertencente ao Quilombo Vila Nova	45
Figura 16: Realização da cartografia coparticipativa	46
Figura 17: Iconografias	47
Figura 18: Mapa dos Marcadores Territoriais do Quilombo Vila Nova	48
Figura 19: Gado, arroz orgânico, frutos de Butiá e roçado de milho	49
Figura 20: Figueiras	50
Figura 21: Sede da fazenda pertencente a família Amaral e Flávio Machado	51
Figura 22: Mapa da Territorialidade do Quilombo Vila Nova	52
Figura 23: Coqueiro Jerivá, 1889	53
Figura 24: Figueira com argola dentro do tronco	54
Figura 25: Equipe de campo	59

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Justificativa	10
1.2 Objetivos	12
1.3 Metodologia	13
2. O CICLO ECONÔMICO DAS CHARQUEADAS E O LITORAL NEGRO DO RS	17
2.1. A Construção dos Caminhos Teóricos	17
2.2. O Ciclo Econômico das Charqueadas	21
2.3. O Litoral Negro do Rio Grande do Sul	22
3. O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE E SUA PRESENÇA QUILOMBOLA	25
3.1 Caracterização da Área de Estudo	25
3.2 Organização e Formação Territorial de São José do Norte	28
3.3 Presença Quilombola, Pesca Artesanal e Agricultura Familiar em SJN	30
3.4 O Plano Diretor e sua Relação com o Neoextrativismo	32
4. O QUILOMBO VILA NOVA E A LUTA AMBIENTAL	35
4.1 O Quilombo Vila Nova e suas Narrativas Espaciais	35
4.2 Auto Demarcação Territorial	38
4.3 Marcadores Territoriais e a Territorialidade do Quilombo Vila Nova	46
4.4. Consulta Prévia, Livre e Informada	54
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
BIBLIOGRAFIA	60
ANEXOS	65

1. INTRODUÇÃO

Dentro da minha trajetória na universidade integrando o Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA) pude percorrer e trabalhar com os mais diversos territórios quilombolas de Porto Alegre, comunidades que me inspiraram e envolveram através das suas histórias de luta, cultura, musicalidade, ancestralidade, religiosidade, circularidade, comunitarismo, oralidade no qual pude descobrir uma nova forma de ler o mundo reconhecendo os valores civilizatórios afro-brasileiros (TRINDADE, 2010) no espaço geográfico.

A geografia me atravessa ao pensar o espaço rural brasileiro nos dias de hoje, espaço de disputa por recursos naturais e ânsia por desenvolvimento na perspectiva econômica do país. São múltiplos os potenciais dos biomas e das comunidades tradicionais que habitam esses territórios, entretanto também são múltiplas as dificuldades enfrentadas pelas comunidades para permanecer e sustentar seus modos de vida, de modo que a luta pela existência se torna a luta pelo espaço (HAESBAERT, 2021).

Desde o período colonial, todas as regiões do Brasil tiveram sua economia e desenvolvimento marcados pela mão de obra escrava. Fato que compõe nossa história e se faz cerne das principais desigualdades que vivenciamos hoje no país. Dentro da lógica do colonialismo e da exploração econômica, a ganância pelos minérios frequentemente despertou interesses estrangeiros no território brasileiro, marcando diversas regiões pelo extrativismo de seus recursos naturais e minerais.

Partindo da minha relação e interesse pelos conflitos socioambientais no estado, fui me aproximando das pautas do Comitê de Combate a Mega Mineração no RS, despertando minha curiosidade ao saber da história do Quilombo Vila Nova no município de São José do Norte (Figura 1), comunidade ameaçada pela instalação de três empreendimentos neo extrativistas. Desta forma cheguei no tema desta pesquisa, o qual visa analisar as relações existentes entre o neoextrativismo no município de São José do Norte (SJN) na planície costeira do Rio Grande do Sul (RS) que desdobra-se através de três megaempreendimentos: Projeto Retiro com a mineração de ilmenita, rutilo, zirconita e titânio; Complexo Eólico Bojuru e Complexo Eólico Ventos do Atlântico com a geração de energia eólica, respondendo a pergunta de pesquisa: como o neoextrativismo afeta o modo de vida do Quilombo Vila Nova em SJN?

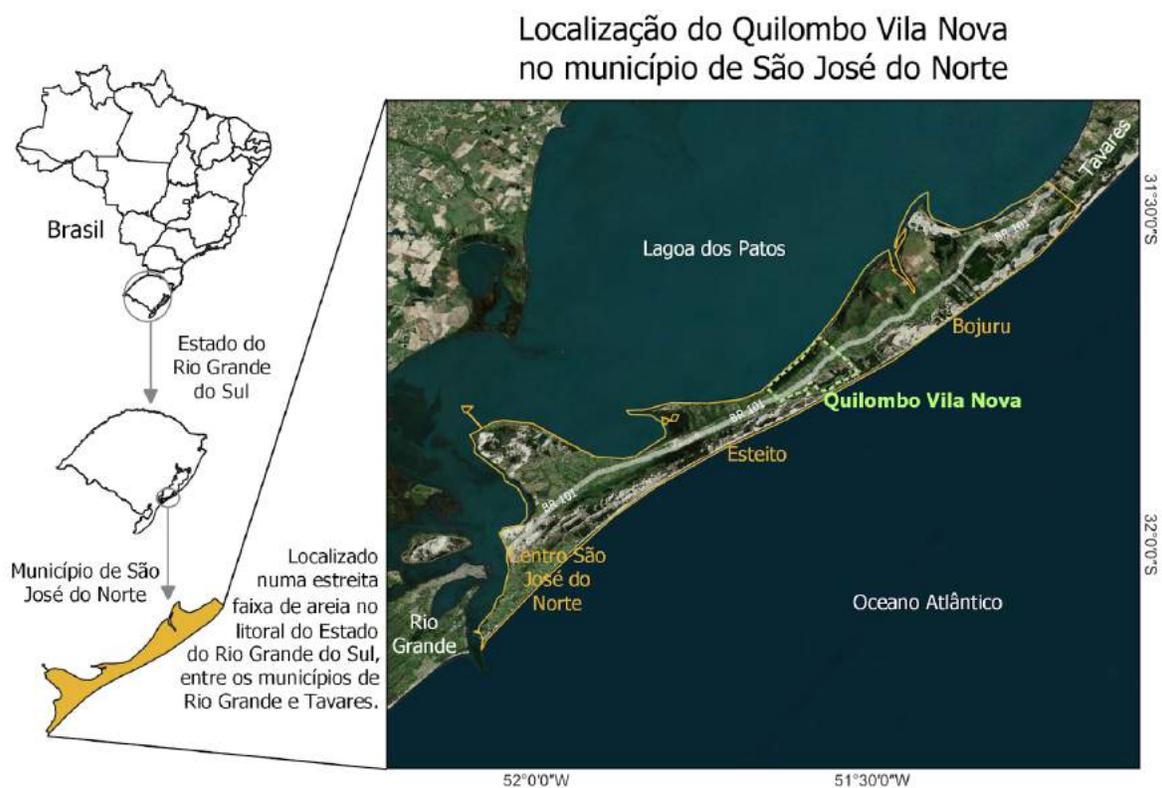


Figura 1: Localização do Quilombo Vila Nova. (Fonte: Laisa Zatti Ramirez Duque, 2022)

1.1 Objetivos

Este trabalho tem como objetivo geral identificar as ameaças e desafios enfrentados pela comunidade quilombola Vila Nova na luta contra a expropriação de seu território por parte das empresas Rio Grande Mineração (RGM), Complexo Eólico Bojuru e Complexo Eólico Ventos do Atlântico buscando a valorização dos remanescentes quilombolas do litoral médio.

Para a consecução desse objetivo principal, a pesquisa desdobra-se nos seguintes objetivos específicos:

- Realizar uma cartografia coparticipativa com a comunidade quilombola Vila Nova.
- Registrar a geografia histórica da comunidade e seus enfrentamentos.
- Identificar as principais ameaças do neoextrativismo ao modo de vida dos quilombolas.

Logo a organização da pesquisa se dá a partir de cinco capítulos: o primeiro trata-se da introdução, objetivos, justificativa e metodologia. Já no segundo capítulo abordo o referencial teórico presente nesta pesquisa em conjunto com a

contextualização histórica acerca do ciclo econômico das Charqueadas no RS e do conceito litoral negro como espaço geográfico de resistência afrobrasileira. A terceira parte traz a perspectiva morfológica e social do município de São José do Norte, sua organização e gestão territorial e a presença quilombola na cidade. Enquanto na quarta parte apresento o Quilombo Vila Nova e a luta ambiental na qual está inserido e por fim no quinto capítulo exponho as minhas considerações finais.

1.2 Justificativa

São José do Norte localiza-se na metade sul do Rio Grande do Sul, sendo que sua extensão territorial é compreendida entre a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico. Suas características ambientais a definem como península, por ser um atestado de terra que é cercado de água por todos os lados exceto por um istmo que a liga ao continente, que neste caso é o município de Tavares ao Norte.

As atividades econômicas da cidade caracterizam-se por serem do setor primário, como a agricultura, destacando-se o cultivo da cebola e do arroz; a pecuária e com forte protagonismo da atividade pesqueira. Entretanto ao longo das décadas, com a expansão da silvicultura no RS, São José do Norte também foi impactada por esta economia através do plantio de eucalipto e pinus para a extração de resina, corte e beneficiamento de madeira.

São múltiplas as comunidades tradicionais habitantes em São José do Norte, trabalhadores da agricultura familiar, pescadores artesanais e quilombolas que construíram seus modos de vida integrados aos recursos naturais disponíveis na região. Mesmo com a presença de grande riqueza étnica, cultural e ambiental na metade sul do estado, esta região é considerada como atrasada e carente de desenvolvimento. Reforçando o processo geo-histórico que Pires e Bitencourt ressaltam no Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre (2021), no qual as marcas territoriais quilombolas têm sido invisibilizadas e descontextualizadas, no âmbito das construções socioespaciais.

É justamente nesta conjuntura que outras atividades econômicas bem distintas das que já existem no município vem ganhando força ao exemplo do empreendimento da Rio Grande Mineração S.A. (RGM) , o qual pretende minerar metais pesados na região através do Projeto Retiro, mas também o Complexo Eólico

Bojuru e o Complexo Eólico Ventos do Atlântico (Figura 2) que preveem a instalação de dois parques eólicos para a geração de energia na região.

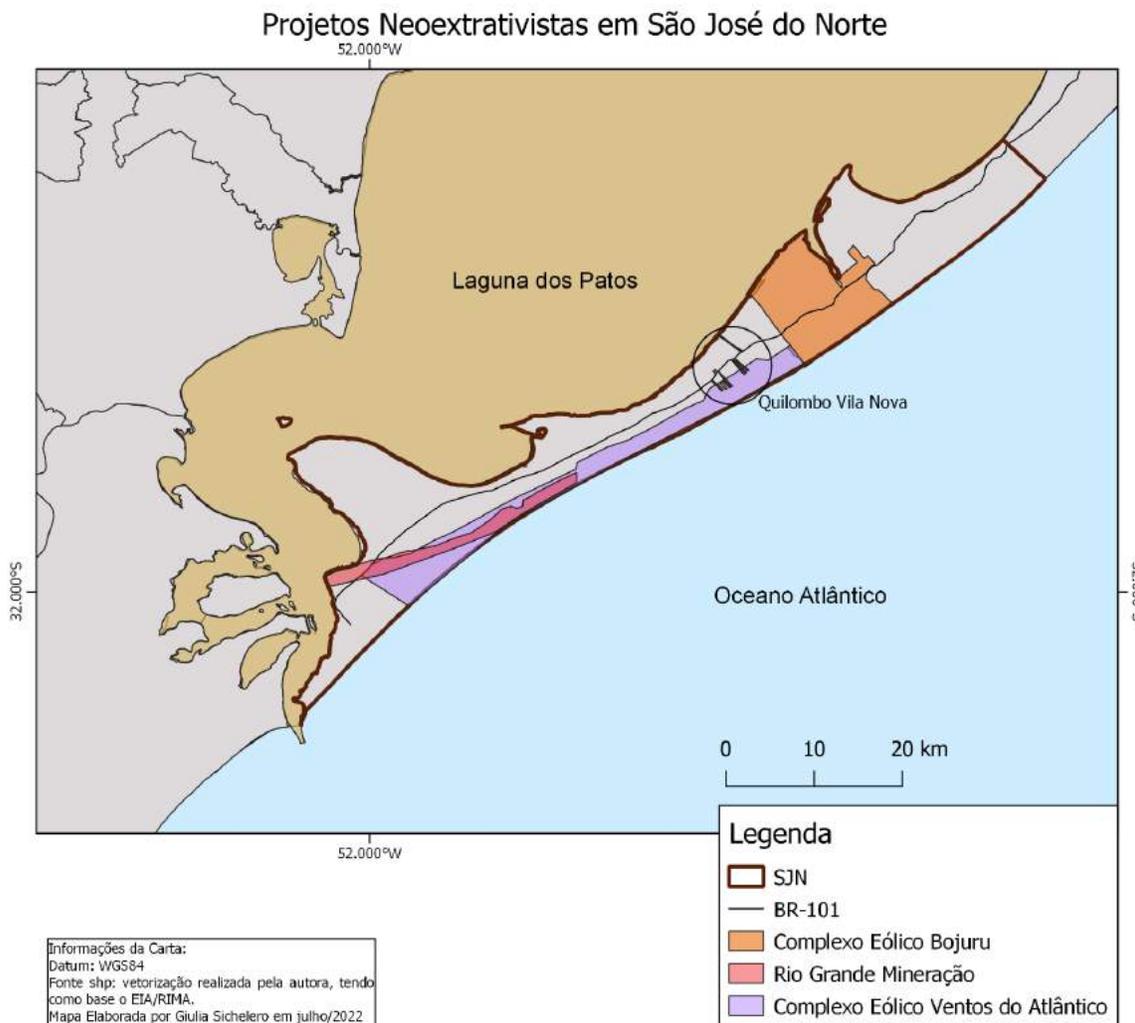


Figura 2: Empreendimentos em fase de licenciamento ambiental em SJN (fonte: SICHELERO, 2022)

Assim, justifica-se pesquisar por que e como projetos de Neoextrativismo pretendem se instalar na região, com o recorte específico voltado para a comunidade quilombola Vila Nova, suas relações e ameaças ao bem viver da comunidade. Neste ponto, justifica-se estudar também a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) a qual concede o direito da consulta livre, prévia e informada a todas as comunidades tradicionais acerca de empreendimentos próximos aos seus territórios.

Destaco ainda a importância desse estudo para a geografia, ciência que estuda o planeta terra e suas transformações que se dão por meio de fatores físicos bem como por fatores antrópicos. O caso deste trabalho investiga a ação antrópica

sobre o ambiente do ponto de vista tradicional quilombola e também do ponto de vista neoextrativista. Se para geografia a preservação ambiental é imprescindível, é também essencial para a geografia a preservação das comunidades tradicionais que entendem a conservação como parte da sua cultura.

1.3 Metodologia

A pesquisa se desenvolveu por meio do método de pesquisa participante juntamente com a realização da cartografia coparticipativa e contra colonial (BISPO, 2015), por meio do trabalho de campo, entrevista semiestruturada e análise de dados qualitativos. O principal objetivo deste processo está no ato de ouvir a comunidade e suas demandas: compreendendo, escutando, intervindo e transformando coletivamente a realidade.

O método de cartografia aplicado nesta monografia foi desenvolvido ao longo da construção do Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre em parceria com os quilombos da capital sob a orientação da professora Cláudia Luísa Zeferino Pires e da geógrafa Lara Machado Bitencourt. Em razão da autora compor o Núcleo de Estudos de Geografia e Ambiente (NEGA), grupo de pesquisa da universidade, o qual é conduzido pelas organizadoras do atlas, teve a oportunidade de aprender e participar do desenvolvimento e aplicação deste modo diferenciado de cartografar. Houve adaptações metodológicas referentes a cartografia do Quilombo Vila Nova por se tratar de um quilombo rural, também é importante salientar que no Atlas as cartografias são elaboradas mediante roteiro prévio, uma entrevista semi estruturada, para a produção e representação dos dados como a árvore genealógica e mapas.

As informações presentes neste trabalho foram coletadas através do trabalho de campo in loco, realizado entre os dias 18 e 20 de março de 2022. Contando com uma equipe de seis pessoas, sendo elas: Bruno Pedrotti, jornalista; Júlia Ilha, bióloga e mestranda do PGDR; Laisa Zatti, geógrafa e mestranda do POSGEA; Lara Bittencourt, geógrafa e doutoranda pelo POSGEA e Paulinho Betanzos, músico. Também contei com a parceria da professora doutora Rumi Kubo e do oceanógrafo doutor Caio Floriano e da minha orientadora Cláudia Luísa Zeferino Pires para realizar a articulação com a comunidade quilombola Vila Nova.

Foram muitas as reuniões realizadas antes de chegar ao campo, contabilizando aproximadamente um ano de articulação em conjunto com o movimento social Comitê de Combate a Mega Mineração no RS, ouvindo as demandas das principais comunidades afetadas pela mineração no estado e principalmente as reivindicações quilombolas acerca do tema. A organização do trabalho de campo presencial também contou com um pré-campo, realizado de forma online, onde foi possível discutir o roteiro (entrevista semi estruturada) da cartografia efetuando as adaptações necessárias, também foi elaborado um cronograma e um roteiro de campo.



Figura 3: Reunião online para organização do trabalho de campo. (fonte: Sichelero, 2022)

Pressupõe-se que todo ser humano é em si mesmo e por si mesmo uma fonte original e insubstituível de saber (BRANDÃO, 2006). Portanto, através da pesquisa participante possibilita-se uma perspectiva abrangente e natural dos processos de resiliência e resistência enfrentados diariamente pelos sujeitos quilombolas. Como também viabiliza-se planos de ação a fim de enfrentar o racismo institucional e ambiental que permeia a sociedade.

O Ato político que envolve a construção dessas ações, em torno do mapeamento, denominamos mapa-narrativa (PIRES e BITENCOURT, et. al, 2021). Segundo as autoras esta seria a expressão política da cartografia entre diferentes sujeitos, que se comunicam e pensam o espaço nas suas estratégias de formação

territorial. O mapa-narrativa desconstrói a ideia de que os quilombos pertencem ao passado, reforçando o espaço-tempo do quilombo que é o presente e trabalha como via de contracolônização aos sistemas territorial e jurídico brasileiro. Para Antônio Bispo (2015) a contracolônização e a colonização dizem respeito aos processos de enfrentamento entre povos, raças e etnias em confronto no mesmo espaço físico e geográfico, logo as manifestações contra coloniais representam a resistência às ações colonialistas de controle dos sujeitos e dos territórios.

A cartografia coparticipativa, está relacionada com os ensinamentos de Paulo Freire e a comunicação política-pedagógica (PIRES e BITENCOURT, et. al, 2021), no qual a atuação dos quilombolas entrevistados se faz essencial para elaboração do mapa, gerando diversos materiais que reafirmam a identidade comunitária do quilombo. Esta metodologia fortalece os laços com as pessoas e constrói vínculos, o que facilita um trabalho contínuo e representativo, no qual a comunidade se enxerga no produto final. Portanto, é possível fazer a cartografia coparticipativa através da impressão de uma imagem de satélite tamanho A0 da região que será mapeada, também utilizamos canetas coloridas para construir as legendas dos pontos indicados pelos atores no instante em que estes estão se localizando, logo a imagem vai se transformando em um mapa nesse processo de marcar e registrar as narrativas espaciais que surgem nas falas dos entrevistados.

Dentro desta perspectiva, os mapas intitulados: Território do Quilombo Vila Nova (fig. 15), Quilombo Vila Nova: Marcadores Territoriais (fig. 18) e Quilombo Vila Nova Territorialidade (fig. 22), foram todos enviados para a liderança quilombola Flávio Jesus Machado Xavier via WhatsApp para que seus retornos acerca dos conteúdos presentes nos mapas fossem escutados, valorizados e implementados nas cartografias para a sua melhoria.

Optou-se também pela realização de reuniões virtuais com a comunidade e o movimento social denominado Comitê de Combate à Mega Mineração do RS, em decorrência das experiências no meio virtual decorrente da pandemia do vírus Sars-COV-19.

Por se tratar de um tema abrangente, em que podem surgir informações não previstas pela pesquisadora, foi pertinente utilizar a entrevista semiestruturada como

metodologia adjunta, a qual flexibiliza a dimensão de resposta que pode ser registrada. Após uma primeira reunião virtual com a liderança comunitária do Quilombo Vila Nova, Flávio Jesus Xavier Machado, desenvolveu-se um cronograma composto pela entrevista semi-estruturada, objetivos, metodologia e materiais necessários para que a cartografia coparticipativa e contra colonial fosse realizada. Esse material, corresponde ao Anexo 1 e foi previamente apresentado e entregue à comunidade de forma virtual, antes de ser realizado o trabalho de campo presencial.

Cabe salientar que como opção metodológica durante a realização das cartografias, decidi representar a laguna dos patos pela cor marrom claro ao invés da cor azul que é o padrão cartográfico para a representação da água. Fiz essa escolha porque a laguna dos patos é um corpo hídrico que carrega muitos sedimentos, e segundo Cavalcante e Mendes (2014) é a maior lagoa costeira do Brasil com aproximadamente 10360 km² sendo responsável pela drenagem hídrica de quase 20000 km².

Toldo (1994) também confirma que as lamas do piso lagunar são derivadas principalmente do Rio Guaíba e a deposição destes sedimentos ocorre em profundidades abaixo do nível base de erosão das ondas, o qual raramente excede a 4 metros, enquanto Hartmann e Calliari (1995) demonstraram que outra fonte importante de material para a região lagunar tem origem no Rio Camaquã, este drena terrenos do escudo cristalino, contribuindo com minerais típicos do embasamento.

Destaca-se também a desembocadura do Canal São Gonçalo, localizado entre São José do Norte e Rio Grande, como principal fonte de material sedimentar para a Laguna (Hartmann e Harkot, 1990), tal condição caracteriza o ambiente de canal com intensa circulação na sua parte central, onde as velocidades altas contrastam com as baixas do corpo lagunar, conferindo ao Canal de São Gonçalo maior competência para o transporte de sedimentos (BAITELLI, 2012).

2. O CICLO ECONÔMICO DAS CHARQUEADAS E O LITORAL NEGRO DO RS

Neste capítulo, apresenta-se o referencial teórico para o trabalho, abordando os processos geo-históricos que se manifestam na construção do espaço geográfico compreendido como planície costeira do litoral sul do Brasil. Dando ênfase ao

período das charqueadas que caracteriza-se por ser o principal ciclo econômico do século XIX no RS e também o maior provedor de mão de obra escravizada para o estado.

Outrossim, procura-se explicar a relação entre as charqueadas e a presença quilombola nos municípios da planície costeira, além de conceituar e analisar o neoextrativismo no qual o município de São José do Norte está sob prenúncio, pensando nos aspectos do racismo ambiental e suas relações específicas com a comunidade quilombola Vila Nova.

2.1 A Construção dos Caminhos Teóricos

Para compor o referencial teórico deste trabalho no qual se trata de uma comunidade quilombola que vem sendo ambientalmente prejudicada por empreendimentos que desejam se instalar próximos de seu território tradicional. Pensou-se nas categorias analíticas verticalidades e horizontalidades apontadas pelo geógrafo Milton Santos (1996), assim como também no conceito de racismo ambiental elaborado em 1981 pelo norte americano Benjamin Franklin Chaves Jr. (ACSELRAD, 2002) e o conceito de neoextrativismo construído pelo Uruguaio Eduardo Gudynas (2009).

Com base na teoria de Milton Santos, as verticalidades representam vetores de uma racionalidade imposta e de um discurso hegemônico, colonialista e capitalista que por consequência acaba desenvolvendo um cotidiano de obediência e disciplina (PIRES e BITENCOURT, et. al, 2021). Esta categoria também configura um grande e abrangente sistema de redes responsável por interligar os centros administrativos e dirigentes do capital internacional globalizado às demais filiais situadas nas mais diversas localidades.

É neste momento que as empresas Rio Grande Mineração e os Complexos Eólicos Bojuru e Ventos do Atlântico se encaixam. Expressam a essência das forças centrífugas que podem ser determinantes e dominantes nos conjuntos comportamentais das populações e dos meios de produção locais, impondo seus poderes burocráticos sobre as comunidades habitantes da região e negando a urgência da preservação do ambiente.

Outrossim, as horizontalidades se opõem ao espaço econômico sendo o lugar do encontro entre as ações de todos os atores, assim como também o lugar da cooperação e da revolta. Nessa categoria de análise atuam as forças centrípetas responsáveis por conduzir os processos de horizontalização, de agregação, de convergência, e de coesão dos lugares (PIRES e BITENCOURT, et. al, 2021). Estas forças centrípetas relacionam-se contra as racionalidades típicas dos processos de verticalização, visto que atuam de forma contrária à racionalidade hegemônica de ambições unificadoras e homogeneizadoras verticais. É nesse espaço horizontal de resistência e resiliência que o Quilombo Vila Nova e demais comunidades tradicionais habitantes de São José do Norte se encontram.

O conceito de racismo ambiental também irá sustentar esta argumentação, tal termo tem suas origens nos movimentos sociais norte americanos no qual Benjamin Franklin Chaves Jr. foi importante liderança negra na luta pelos direitos civis. A expressão nasceu da pesquisa que o ativista realizava sobre a relação dos resíduos tóxicos e a população negra (HERCULANO, 2006). No presente, esta ideia confere uma riqueza potencial no combate às injustiças destinadas às populações negras que habitam áreas rurais ou urbanas e acabam sendo invisibilizadas dentro de seus territórios por grandes empreendimentos que buscam explorar recursos naturais nestes espaços geográficos.

A concepção de racismo ambiental tem seu cerne direcionado à injustiça racial e na evidência de que grupos racializados sofrem, de maneira desproporcional, os custos sociais de maneira geral (RANGEL, 2016).

Segundo Herculano (2006, pg. 11 apud RANGEL, 2016) o racismo ambiental é o conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana com a justificativa da busca pelo desenvolvimento econômico. Esses atores também impõem uma invisibilização e inferiorização de determinadas minorias como as populações indígenas, quilombolas, migrantes, pescadores e trabalhadores pobres que sofrem os impactos negativos do crescimento econômico, e a quem é imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais. Tornando cada vez mais evidente que forças de mercado e práticas discriminatórias das agências governamentais concorrem de forma articulada para a produção das desigualdades ambientais.

O emprego da locução racismo ambiental acena para uma utilidade prática no campo jurídico, na medida em que no Brasil o racismo é tipificado como crime, havendo, portanto, uma institucionalidade já constituída e reafirmando a necessidade de unificação de lutas que compreendem questões raciais nos mais diversos domínios (RANGEL, 2016, pg 134).

A categoria de análise território também se faz importante para esse trabalho, Rogério Haesbaert (2021) destaca que o território está vinculado na centralidade nos estudos das relações entre espaço e poder. Território é, ao mesmo tempo, um instrumento do poder político e um espaço de identidade cultural, territórios e territorialidades cada vez mais valorizados para entender as formas de apropriação espaciais materiais e simbólicas, as territorialidades, contestadas pelo ímpeto homogeneizante da globalização. A territorialidade se dá na busca por tentar diferenciar um espaço e distingui-lo entre seus ocupantes (tornando-o exclusivo), expressando o vivido territorial por uma coletividade.

As redes produtivas pouco diversificadas e com a inserção internacional subordinada estão presentes na realidade neoextrativista que vivenciamos na contemporaneidade, no qual o crescimento econômico é baseado na apropriação de recursos naturais, ou seja o conceito se refere aos recursos naturais voltados para a exportação (GUDYNAS, 2009).

Portanto o neoextrativismo, no contexto brasileiro e também nos demais países da América Latina está estruturado para uma retomada de projetos de desenvolvimento e crescimento econômico em que uma região rica em recursos naturais e energéticos é colocada como central para o planejamento do país através do estímulo de investimentos transnacionais (VINCENT e VASCONI, 2016). Os especialistas também alegam que esse movimento desencadeia uma reprimarização da economia e está vinculado a um processo de alteração de valorização do capital, pautado em apropriação e na financeirização da natureza.

acredita-se que o neoextrativismo seria uma versão contemporânea do desenvolvimentismo. Este teria constituído a

racionalidade predominante na América Latina no século XX, apresentando, tradicionalmente, o crescimento econômico como forma de superação da desigualdade social (SANTOS e MILANEZ, 2014).

Pensando neste cenário econômico do modelo exportador de recursos, os grandes projetos de mineração vem ganhando espaço no estado do RS, destacando-se os quatro principais projetos em fase de licenciamento ambiental: Projeto Retiro em São José do Norte, Projeto Fosfato em Lavras do Sul, Projeto Caçapava do Sul e o Projeto Mina Guaíba em Eldorado do Sul, sendo que os dois últimos recentemente foram anulados devido a articulação comunitária da população diretamente afetada.

Projetos de Mineração em Fase de Licenciamento no Rio Grande do Sul

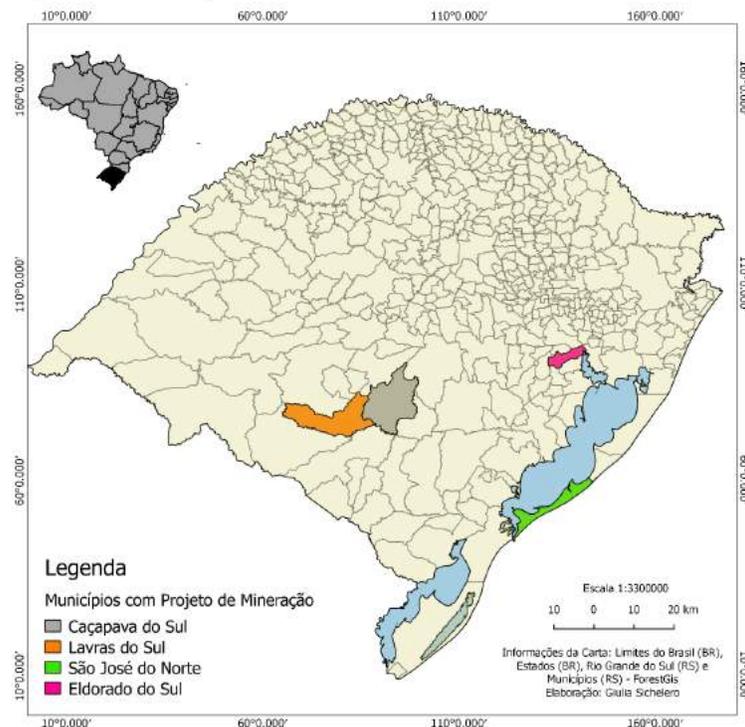


Figura 4: Municípios com Projetos de Mineração em Fase de Licenciamento Ambiental, Elaboração: Sichelero, 2020.

Para além da questão mineral, a atual concessão da Laguna dos Patos promovida pelo Governo do Estado do RS, por meio da Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Infraestrutura - SEMAI, para a implantação de parques de geração

de energia eólica através da iniciativa privada também se encaixam no modelo neoextrativista de crescimento econômico e provocam conflitos socioambientais ao longo de toda a zona costeira do estado.

Sabe-se que em nenhum momento os empreendedores da questão mineral, tanto quanto o governo do estado com a questão da energia eólica procuraram realizar uma consulta prévia, livre e informada às populações tradicionais habitantes das respectivas regiões, como preconiza a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e, também, o Decreto 6.040/2007 do Governo Federal.

É nesta circunstância que este trabalho busca trazer visibilidade para a comunidade quilombola Vila Nova no contexto na qual está inserida, afirmando sua presença territorial no mapa, registrando sua história e sua geografia e potencializando a comunidade para que tenha mais estrutura e organização para enfrentar essa disputa territorial tão desigual.

2.2. O Ciclo Econômico das Charqueadas

Ao longo do século XIX, como aponta Jonas Vargas (2011), o charque foi considerado o produto-rei da economia sul-rio-grandense, permanecendo no topo das exportações. Pelotas foi a cidade central deste período histórico, concentrando grandes fortunas para os comerciantes-charqueadores da região. Tais fortunas acumuladas através do trabalho escravo da população negra transatlântica (NASCIMENTO, 1981).

Para a mobilidade, em geral forçada, da população negra, de África para a América e dentro do Brasil, entre o rural e o urbano, entre o Nordeste e o Sudeste, Beatriz Nascimento cunhou o termo transmigração. (RATTS, 2015, pg.73)

Para Ratts, a transmigração que Beatriz Nascimento defende se manifesta através da corporeidade negra, pois o corpo negro se constitui e se redefine na experiência da diáspora, que para além de África para América também existe da senzala para o quilombo, do campo para a cidade, dos centros urbanos para as periferias e de outras diferentes formas.

No Rio Grande do Sul, o principal porto que recebia africanos escravizados foi o porto de Rio Grande, segundo o historiador Gabriel Berute os principais portos brasileiros que recebiam africanos do tráfico transatlântico foram o porto do Rio de Janeiro e o porto de Salvador, dentre estes a maior parte dos escravizados que eram direcionados para o Rio Grande do Sul vinham do porto fluminense. A partir do porto fluminense, tanto por vias terrestres quanto marítimas, garantia-se o fornecimento de escravos para o centro-sul: Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (BERUTE, 2006, pg.18).

Berute também destaca que foi durante o século XIX que a indústria do charque se consolidou como atividade mercantil, fornecendo recursos como couro, carnes e gado para a zona de mineração em Minas Gerais e outras regiões do Brasil. Dentro desta conjuntura histórica a população que se desenvolvia no litoral sul era majoritariamente negra e por esta razão o capítulo a seguir conceitua a ideia de um litoral negro.

2.3. O Litoral Negro do Rio Grande do Sul

Cláudia Molet (2018, pg.1) traz o recorte espacial do litoral negro como a faixa de terras situada entre a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico, argumentando sobre a presença quilombola nesta localização que tem seu início no século XIX e compreende os municípios de São José do Norte, Tavares, Mostardas, Palmares do Sul, podendo se estender até a cidade de Osório. Atualmente, neste espaço se distribuem oito comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares.

Molet reconhece as origens quilombolas do litoral negro são provenientes do ciclo econômico do charque na cidade de Pelotas, cuja mão de obra escrava foi abundantemente utilizada nas charqueadas como já foi ressaltado anteriormente. Leite (2004) também destaca que o século XIX foi uma época de conquistas de terras e liberdades de alguns ancestrais quilombolas na região (LEITE, 2004 apud MOLET, 2018).

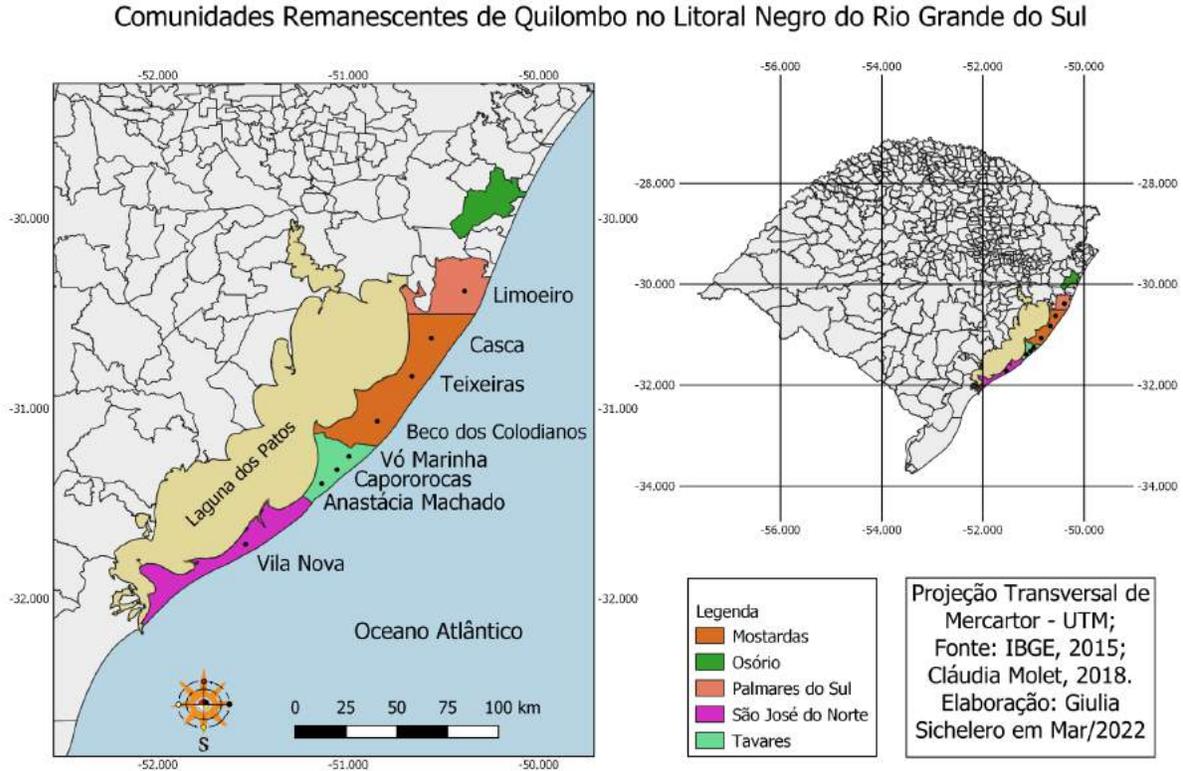


Figura 5: Mapa das Comunidades Remanescentes de Quilombo no Litoral Negro do Rio Grande do Sul. Elaboração: Giulia Sichelero, 2022.

O conceito de litoral negro, uma localidade marcada pela presença de diversas comunidades quilombolas, interligadas por laços de amizade, parentescos, compadrios e práticas culturais, muitas delas, possivelmente surgidas no século XIX, redefinidas e reforçadas durante o século XX (MOLET, pg. 11, 2018).

As cidades de Rio Grande e Porto Alegre são consideradas pela autora como dois pólos importantes durante o século XIX, pois foram localidades destacadas pelos seus portos marítimos que eram escoadouro de grande parte da produção de charque de Pelotas e pelo recebimento do tráfico de escravos, além disso, pela laguna dos patos é possível chegar até a cidade de Pelotas, o que facilitava os fluxos dessas mercadorias.

São José do Norte possuía um território maior do que o atual no século XIX, por sua área passava o Caminho das Tropas, ligando o Brasil ao Uruguai, construído

na segunda metade do século XVIII, que possibilitou a existência de uma série de tropeiros na região. O quilombo de Casca, primeira comunidade titulada do Rio Grande do Sul no ano de 2010, também pertencia a extensão do município de São José do Norte, atualmente o território quilombola de Casca pertence a cidade de Mostardas.

Escravos e forros, mesmo que residissem longe, poderiam manter contatos com senzalas, mocambos e demais libertos, pois havia a possibilidade de mandar e receber informações pelos tropeiros (MOLET, pg.11, 2018).

A autora revela que pensando nas ligações entre Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas é possível argumentar que os moradores de São José do Norte e entre eles os quilombolas, poderiam manter contato com aquelas populações, sendo quiçá uma rota de fuga de escravos. Ilka Boaventura Leite (2004) considera a possibilidade do quilombo de Casca, durante o século XIX, ter sido uma importante rota de fuga, especialmente para os escravos fugidos das charqueadas pelotenses. (LEITE, 2004 apud MOLET, 2018).

Portanto, é através dessas evidências que construímos o referencial teórico desta monografia. Para além das questões geohistóricas acerca das comunidades quilombolas no litoral negro, também vamos abordar tópicos e conceitos que nos possibilitem pensar sobre o potencial energético dos recursos naturais disponíveis nesse ambiente da planície costeira.

3. O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE E SUA PRESENÇA QUILOMBOLA

Neste capítulo serão apresentadas as principais características de São José do Norte: sociais, econômicas, históricas e geográficas. Tais informações são importantes para que haja a compreensão das potencialidades ambientais da região e a tentativa de instalação do Projeto Retiro e dos Complexos Eólicos Bojuru e Ventos do Atlântico no município. Também vamos reconhecer a presença quilombola nesta localidade e a presença de demais comunidades tradicionais, abrangendo o plano diretor da cidade e o posicionamento da população local quanto a instalação desses megaempreendimentos.

3.1 Caracterização da Área de Estudo

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹, o município de São José do Norte está situado na planície costeira do Rio Grande do Sul nas Regiões Geográficas Imediata e Intermediária de Pelotas e no bioma Pampa. Na figura seis é apresentado o mapa de localização da área de estudo. A população segundo o censo de 2010 é de 25.503 pessoas residentes na cidade com a densidade demográfica de 22,81 habitantes por km²; sua principal economia é a monocultura de cebola, pecuária, pesca, reflorestamento e extração de madeira (MARTIN, 2019).

São José do Norte faz divisa terrestre ao sul com o município de Rio Grande com o qual suas relações são intensas devido à proximidade dos núcleos urbanos das duas cidades, afastadas apenas pelos cinco quilômetros que separa o canal que conecta a Laguna dos Patos com o Oceano Atlântico. Enquanto ao norte sua divisa territorial se dá com o município de Tavares, município que abrange a maior extensão territorial do Parque Nacional da Lagoa do Peixe².

Na península existem várias lagoas ao longo do litoral, sendo a maior delas a Lagoa do Peixe, que se comunica com o Oceano Atlântico em

¹ disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-jose-do-norte/panorama> Acesso em 21 fev 2022.

² O Parque Nacional da Lagoa do Peixe distribui-se por três municípios do litoral médio, sendo 80% em Tavares, 17% em Mostardas e 3% em São José do Norte. Disponível em: <http://sistemas.mma.gov.br/cnuc/index.php?ido=relatorioparametrizado.exibeRelatorio&relatorioPadrao=true&idUc=140> acesso em 22 de fev de 2022.

determinadas épocas do ano e possui extensa faixa de dunas ao longo da praia (FARINHA, 2017, pg. 35).

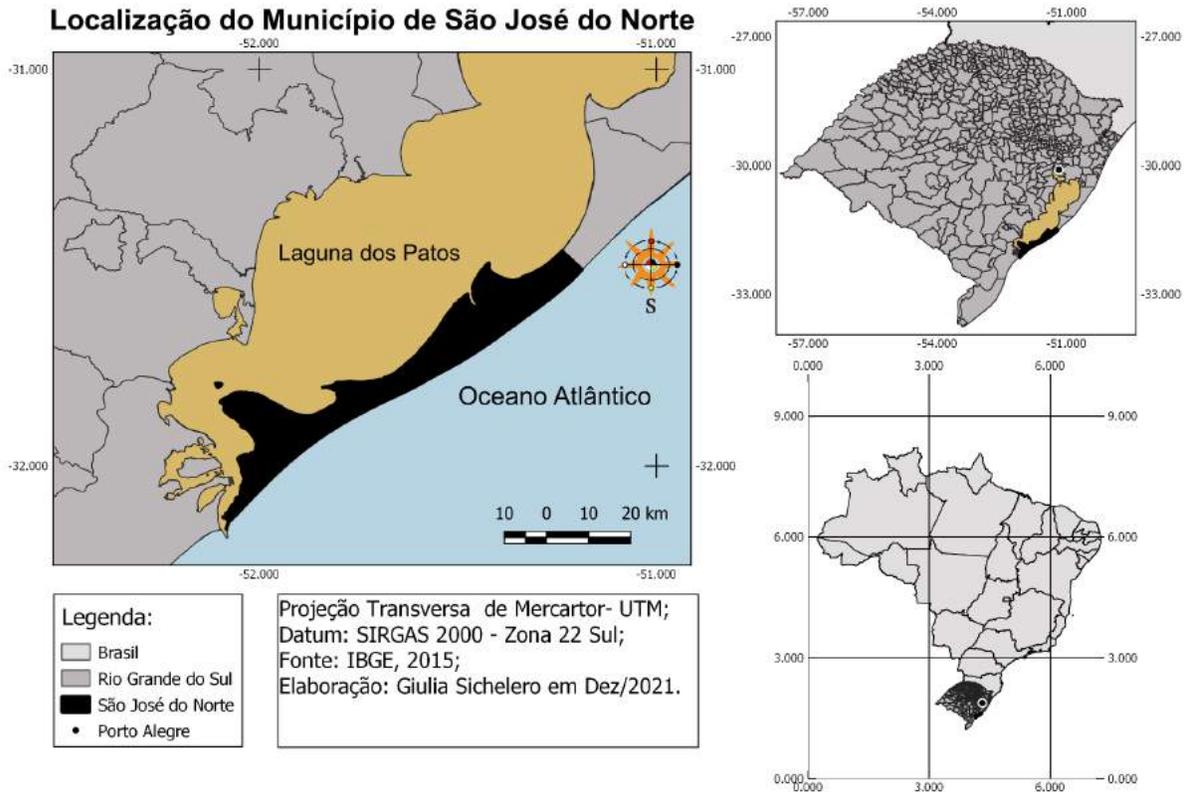


Figura 6: mapa de localização de São José do Norte (fonte: SICHELERO, 2021)

Ambientalmente, São José do Norte possui o formato de península, sua vegetação é majoritariamente composta por restingas que variam de 8 a 25 km de largura entre a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico, também compõe a paisagem uma extensa faixa de terra adjacente à costa marítima com cerca de 100 km de comprimento (MACHADO, 2021, pg. 31). Estas são características que provêm dos depósitos relacionados com o sistema laguna barreira III, pleistocênico e o sistema laguna barreira IV holocênico, decorrentes dos processos de deposição de sucessivos movimentos de transgressão e regressão marinha ao longo do tempo geológico (TOMAZZELI e VILLWOCK, 2000).

Tomazzeli e Villwock (2000) apontam ainda que as feições geomorfológicas da planície costeira do RS formaram-se devido ao isolamento das porções de sedimentos arenosos anteriormente ocupados pelo mar formando a individualização dos sistemas lagunares. Em razão destes eventos, os depósitos aluviais e coluviais,

que contém importante concentração de minerais pesados, foram afogados durante as transgressões marinhas e permaneceram preservados na plataforma continental, onde foram retrabalhados pelas correntes costeiras e ondas, ocasionando a reconcentração dos minerais mais densos que quartzo (LOHMANN, 2015).

Em decorrência desses episódios naturais que ocorreram ao longo de milhões de anos, existem atualmente diversos requerimentos de pesquisa e lavra na planície costeira, destacando o município de São José do Norte que possui 100% do seu território especulado e mapeado para fins de mineração, como pode ser observado na figura 7. O avanço da fronteira mineral no RS vem se sobrepondo principalmente ao bioma pampa, ambiente que vem sendo fragilizado há anos pelo crescimento da monocultura de soja e silvicultura. Todos esses processos compõem a questão do avanço do neoxtratativismo como principal modelo econômico do país.

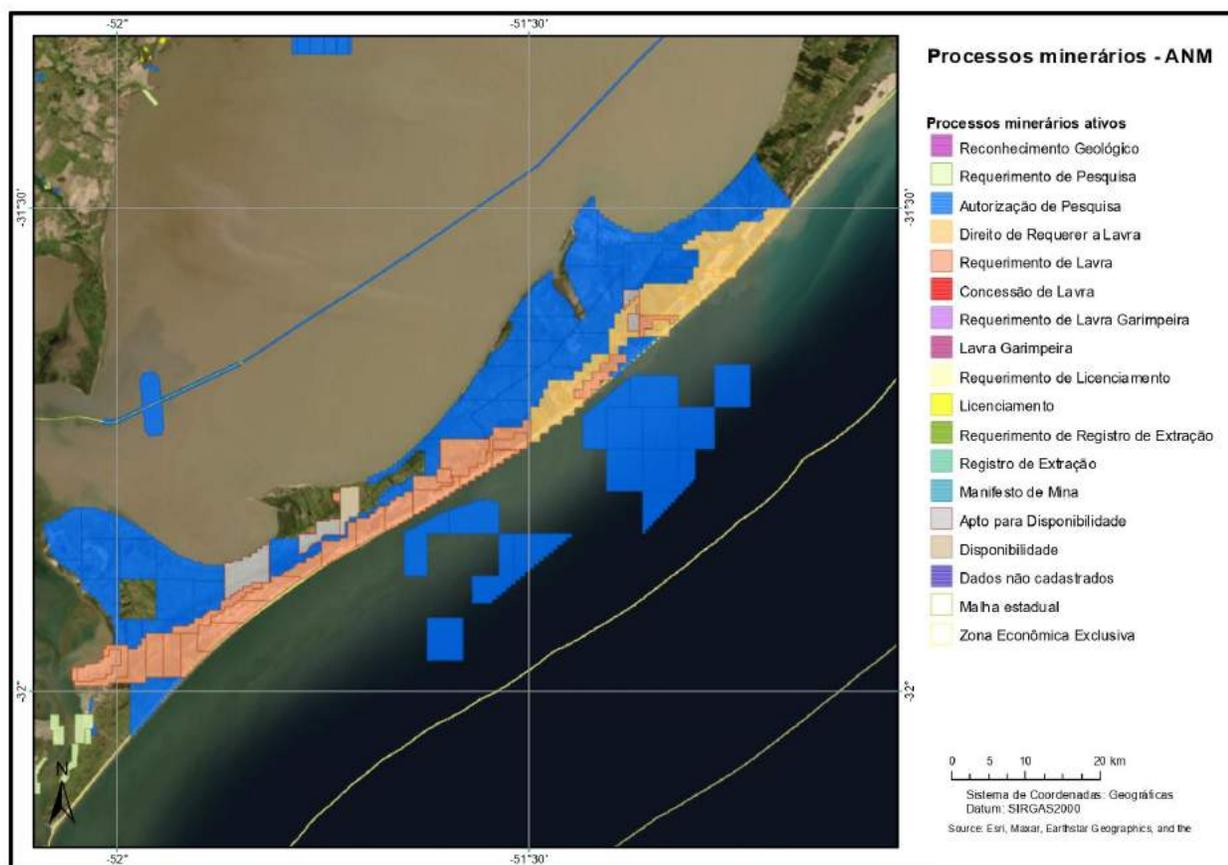


Figura 7: Especulação minerária em São José do Norte (Fonte: ANM, 2022³)

³ Mapa gerado através da plataforma SIGMINE. Acesso em 1/09/2022, disponível: <https://geo.anm.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=6a8f5ccc4b6a4c2bba79759aa952d908>

Muito se tem estudado sobre o potencial eólico da planície costeira do RS, tanto que no litoral norte do estado já existem alguns projetos implementados que estão em pleno andamento. A energia eólica é reconhecida por ser de origem renovável, entretanto pouco se fala das consequências que esses empreendimentos causam às populações locais. O projeto que prevê a concessão da Laguna dos Patos à iniciativa privada não leva em consideração que a Laguna é um espaço público, ecologicamente frágil e rico em sociobiodiversidade.

Com a implantação dos parques eólicos em escala mundial, nacional e no Rio Grande do Sul, têm-se avaliado e registrado uma série de impactos socioambientais. Tais empreendimentos afetam o modo de vida tradicional das comunidades pesqueiras e agricultores familiares, trazem consequências para a avifauna e a transformação da paisagem cênica ao longo da planície costeira do estado. Afinal, trata-se de dois megaempreendimentos de energia eólica que buscam instalar-se no município de SJN. Portanto, é previsível também que os impactos venham a ocorrer em dobro, podendo somar-se aos efeitos negativos de empreendimentos de mineração e outros projetos neoextrativistas como a silvicultura.

3.2 Organização e Formação Territorial de São José do Norte

Segundo as informações históricas que contém no site da prefeitura⁴ de SJN e a autora Farinha (2017), a área correspondente ao atual município de São José do Norte já foi reconhecida como “Península de Pernambuco”, assim como também já foi originalmente habitada por grupos indígenas Guaranis, Charruas e Minuanos que eram nômades, pescadores, caçadores e coletores que viviam próximo ao litoral e extraíam o sustento entre a faixa de terra, a laguna e o oceano.

O povoamento pré-colonial do território de São José do Norte remonta a 11.000 anos, com grupos de caçadores-coletores e pescadores que viviam no litoral e extraíam o sustento da terra, lagoa e oceano (FARINHA, 2017, pg. 34).

⁴ Site da prefeitura de São José. Acesso em 03 de mar de 2022: <https://www.saojosedonorte.rs.gov.br/pagina/apresentacao-do-municipio>

A fixação do seu povoamento se deu com a chegada dos colonizadores portugueses, entretanto é apenas no século XVIII que a região se torna atrativa para povoadores interessados na posse tanto da terra como do gado para o estabelecimento de fazendas e estâncias. Neste período, ainda existiam disputas territoriais entre Portugal e Espanha. Logo, para consolidar o seu domínio na área, a coroa portuguesa enviou uma expedição em 1737 que fundou a fortaleza-presídio de Jesus-Maria-José em Rio Grande, que acabou sendo o marco da fundação da cidade de Rio Grande (PESAVENTO, 1985).

Ainda de acordo com Farinha (2017), o território de São José do Norte caracterizava-se por ser uma freguesia⁵ da cidade de Rio Grande, levando no ano de 1738 a criação da primeira empresa estatal do RS, a Fazenda Real Bojuru para criação de gado. Portanto, a partir dessas e de outras ações da coroa portuguesa, como a distribuição de sesmarias, passaram a se instalar na região militares, famílias açorianas e africanos escravizados, consolidando o domínio luso.

Porém eram necessárias estratégias para ocupar a península. Assim, uma das ações da coroa portuguesa que incentivaram essa ocupação foi o lançamento de Edital, em 1747, oferecendo terras do sul do Brasil a casais oriundos do Arquipélago dos Açores (FARINHA, 2017, pg. 39)

Fontoura (1994) apresenta a estrutura política do município do ponto de vista fundiário, sendo que o município possui três distritos, como pode-se visualizar na figura 8. O primeiro, intitulado Sede e que possui áreas que variam entre 15 a 20 hectares, este distrito abriga o núcleo urbano da cidade. No segundo e terceiro distritos, reconhecidos pelos nomes de Estreito e Bojuru, respectivamente, a estrutura fundiária apresenta propriedades de 200 hectares ou mais que servem à pecuária extensiva e ao cultivo de cebola, arroz, batata doce, milho e feijão.

⁵ freguesia era uma divisão administrativa distrital

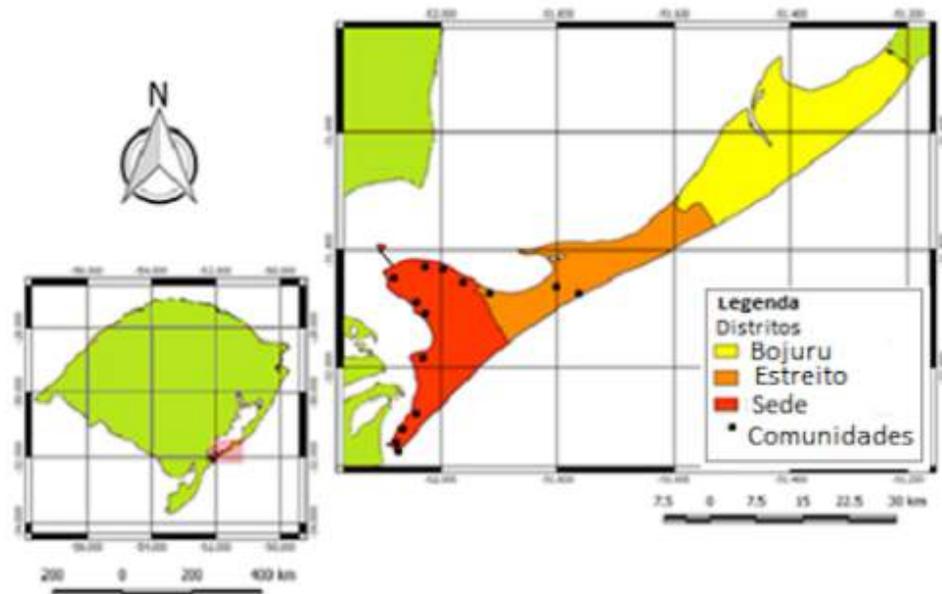


Figura 8: Mapa da divisão distrital de São José do Norte e Comunidades Pesqueiras. (fonte: MARTINS, Maristel. 2019)

3.3 Presença Quilombola, Pesca Artesanal e Agricultura Familiar em São José do Norte

A chegada dos primeiros negros escravizados no Rio Grande do Sul aconteceu a partir do ano de 1700, foi neste período que as cidades de Pelotas e Rio Pardo começaram a destacar-se através do ciclo econômico das charqueadas. Até o ano de 1780 a maior parte da mão de obra escravizada trabalhava em fazendas que tinham uma produção agrícola. Através do crescimento da indústria saladeril e com o surgimento da primeira charqueada na cidade de pelotas, os escravos passaram a ser muito requisitados e utilizados em larga escala. (CAPA, 2010)

As condições de trabalho precárias levavam o trabalhador escravizado a ter uma baixa expectativa de vida. Portanto, as fugas individuais ou coletivas eram a forma mais comum e característica de resistência. Desta maneira, ao longo de todo o litoral do RS formaram-se núcleos de famílias negras refugiadas, os quilombos. Cláudia Molet (2018) traz a reflexão de que o quilombo contemporâneo dialoga com

as experiências da escravidão e com todas as formas de discriminação e expropriação sofridas pelos quilombolas tanto no período da escravidão quanto no pós-abolição.

Em São José do Norte, atualmente existe um quilombo reconhecido e certificado pela Fundação Cultural Palmares, sendo este o Quilombo Vila Nova. Entretanto, há também o Quilombo Bojuru que é auto reconhecido e não é certificado pela Fundação Cultural Palmares. O Quilombo Vila Nova, foco deste trabalho, tem sua origem datada por volta dos anos 1880, e segundo o levantamento realizado em 2008 através do projeto estadual nomeado "Territórios da Cidadania" é composto por 20 famílias que ocupam aproximadamente 100 hectares de terra, em média cada família ocupando cinco hectares (CAPA, 2010).

Para além das comunidades quilombolas, o território de SJN é composto por outras comunidades tradicionais, como é o caso dos pescadores artesanais e agricultores familiares. Segundo Asmus, a laguna dos patos é classificada como a maior laguna do estilo estrangulado do mundo, contando com uma superfície de 10.227 km² e um estuário de 971 km², que representa aproximadamente 10% de todo o ecossistema. O estuário da lagoa é um ambiente muito rico em biodiversidade, o que proporciona aos moradores da região uma relação próxima com a pesca artesanal (BRAIDO, CAPORLINGUA, 2014).

A agricultura familiar também se faz presente na região, e dentro do Quilombo Vila Nova caracteriza-se por ser o principal meio de fonte de renda. É através da Cooperativa de Agricultores Familiares de São José do Norte (COOAFAN), no qual a liderança quilombola Flávio Machado também exerce o cargo de vice presidente, que as famílias agricultoras se organizam para comercializar seus alimentos na feira orgânica que acontece no centro urbano do município todas as terças-feiras.

A comunidade pesqueira organiza sua representatividade comunitária através da Colônia Z2, Associação de Agricultores, Pescadores e Moradores de São Caetano, Centro Comunitário de Agricultores e Pescadores da localidade da Várzea (CECOV), Centro Comunitário de Agricultores e Pescadores da Capivara (CENTROCAP), Cooperativa de Pescadores Artesanais de São José do Norte (COOPANORTE) e Grupo Comunitário do Barranco (MARTINS, 2019).

Na figura 8, Martins (2019) traz um recorte de 13 comunidades pesqueiras presentes no distrito Sede; e destaca em sua pesquisa que a maior parte da faixa litorânea de São José do Norte é ocupada por comunidades de pescadores artesanais que têm a atividade pesqueira como principal meio de sobrevivência e reprodução social. Cabe frisar que as comunidades quilombolas presentes no município também se relacionam com a atividade pesqueira mais voltadas para o lazer e a agricultura familiar, fortalecendo sua característica de comunidade tradicional.

Os povos e comunidades tradicionais são conceituados como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (DECRETO 6.040, art. 3º, § 1º).

Ainda conforme Martins (2019), os açorianos também incorporaram técnicas de outras etnias locais na pesca artesanal e criação de gado, sendo que no final do século XX a península já possuía a fama de ser uma colônia de pescadores, devido a sua quantidade expressiva dos mesmos.

3.4 O Plano Diretor e sua Relação com o Neoextrativismo

A Constituição Federal estabelece que o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana é o Plano Diretor. O Plano Diretor assume a função de, como instrumento, interferir no processo de desenvolvimento local, a partir da compreensão integradora dos fatores políticos, econômicos, financeiros, culturais, ambientais, institucionais, sociais e territoriais que condicionam a situação encontrada no Município, dando voz às demandas da população (BRASIL, Lei 5788/90).

O neoextrativismo é uma das expressões assumidas pelo desenvolvimentismo contemporâneo na América do Sul, mantém o mito do progresso, sendo que o predomínio deste modelo econômico corresponde aos interesses de grupos econômicos nacionais, e à demanda internacional de matérias primas (BIZARRIA, 2013). A questão da demanda estadual pela instalação de

empreendimentos de geração de energia e minerários em São José do Norte correspondem a esta economia que invisibiliza populações locais e seus modos de vida.

O interesse pela exploração minerária em SJN vem desde os anos 60 no século XX, com a realização de pesquisas na região. Na década de 70, os estudos exploratórios comprovaram a presença de Zircônio e Titânio em solo nortense (FREITAS, 2019). Em 1992 a empresa Paranapanema deu início a estudos que resultaram no projeto Bojuru, enquanto nos anos 2000 se consolida o projeto Bojuru já com um processo de EIA-Rima e consulta popular, vinculado à empresa Paranapanema. Estas iniciativas teriam ficado paradas até meados de 2011, quando então a RGM lançou o Projeto Atlântico Sul (WEISSHEIMER, 2017)⁶.

O Projeto Retiro remete a 2007, quando a Rio Grande Mineração solicitou ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) a aquisição dos direitos minerários pertencentes ao Grupo Rio Tinto e à empresa Paranapanema ao longo de uma faixa de aproximadamente 80 km, o que se denominou Complexo Minerário Atlântico Sul (FREITAS, 2019).

O Projeto Retiro então corresponderia apenas a uma parte do Complexo Minerário Atlântico Sul que em decorrência de sua magnitude foi compartimentado em quatro projetos de exploração de minério diferentes: Retiro, Estreito, Capão do Meio e Bojuru (FREITAS, 2019), portanto nas suas próximas fases a mineração pode vir a afetar o Quilombo Vila Nova, tendo em vista que a comunidade se localiza no distrito do Capão do Meio. Após análise de todas as exigências técnicas, o IBAMA emitiu nos autos do processo administrativo nº 02001.004046/2011-84, a Licença Prévia (LP) nº 546 em 14 de junho de 2017 para o Projeto Retiro, com validade de quatro anos. Sendo que, atualmente, a LP encontra-se renovada pelo o período de 1 ano e a empresa RGM entrou com o processo administrativo para a concessão da licença de instalação (LI) em fevereiro de 2022.

⁶ Reportagem Jornal Sul 21. Documento Eletrônico. Disponível em: [Impacto ambiental de projeto de mineração de titânio preocupa comunidade de São José do Norte - Sul 21](#) Acesso em 12/mar/2022.

Desta forma a população de SJN, reconhecendo os impactos ambientais negativos provenientes do Projeto Retiro, tem sua participação popular registrada no processo de alteração do plano diretor do município. É relevante ressaltar que o inconformismo com a mineração na cidade, e em regiões próximas já data de anos anteriores a modificação do plano diretor, haja vista a Moção Legislativa nº5 de 16 de julho de 2017, que tem como ementa: “Moção de repúdio ao Projeto de Mineração Retiro, no Município de São José do Norte-RS, da Empresa RGM S/A e aos Projetos de Minas do Alto Camaquã, no Rio Camaquã-RS, das Empresas Votorantim Metais e Lamgold Brasil” (MACHADO, 2021). Este processo foi decisivo para o processo de alteração do plano diretor do município que culminou na proibição de atividades de mineração no território de São José do Norte, expondo a posição da população nortense quanto a este tipo de empreendimento.

4. O QUILOMBO VILA NOVA E A LUTA AMBIENTAL

Neste capítulo serão apresentados os dados e informações coletadas no trabalho de campo realizado entre os dias 18 e 20 de março de 2022 em parceria com a comunidade quilombola Vila Nova. A equipe presente no campo foi organizada por mim ao longo de dois meses de trabalho e reuniões online. A articulação com a comunidade e a logística do trabalho de campo também foram produzidas em parceria com a família da liderança quilombola Flávio Jesus Xavier Machado através das plataformas de reunião online.

O Quilombo Vila Nova é uma comunidade tradicional localizada no distrito de Capão do Meio, ao norte do município de São José do Norte no litoral médio do Rio Grande do Sul. Atualmente 14 famílias autodeclaradas quilombolas fazem parte da comunidade, contando aproximadamente 60 pessoas. Através das narrativas de Flávio Jesus Xavier Machado (liderança quilombola), Vanuza da Silveira Machado, Eni Maria da Silva Xavier, Conceição Maria da Silveira, Josué da Silveira Machado, Luiz Valdir da Silveira, Matheus da Silveira Machado, Eni Maria da Silva Xavier, Maria Lúcia Xavier Colares e Itamar de Jesus Colares foram desenvolvidas as cartografias co-participantes apresentadas neste material e trazem as marcas da presença e dos percursos afro-gaúchos no território do Quilombo Vila Nova.

4.1 O Quilombo Vila Nova e suas Narrativas Espaciais

Flávio Jesus Xavier Machado (54 anos) é a principal liderança do Quilombo Vila Nova, com o apoio de sua família (fig. 9), a esposa Vanuza Silveira Xavier (51 anos), e seus filhos Matheus da Silveira Machado (20 anos) e Josué da Silveira Machado (18 anos) mantêm a organização comunitária, e sustenta viva a luta pela valorização e a aplicação dos seus direitos como comunidade tradicional e preservação do ambiente.

A história referente à questão agrária do território é contada por Flávio, que destaca a presença das sesmarias e das três principais fazendas sesmeiras da região pertencentes às famílias: Machado, Xavier e Silveira. Estas famílias eram escravocratas, e compravam escravos para trabalhar na produção agrícola e agropecuária da região; por tal razão, a população negra habitante desta localidade

herdou os sobrenomes das famílias aos quais eram subordinadas, como se dá o exemplo de Flávio e Vanuza.



Figura 9: Família Machado: Matheus, Josué, Vanuza e Flávio -da esquerda para a direita- (Fonte: Bruno Pedrotti, 2022)

No período pós abolição, a sobrevivência das famílias negras continuava vindo da lida com a terra, agricultura e pecuária. Entretanto, Flávio explica que a condição pelo uso da terra se dava através das meias, também conhecido como o sistema de meeiros, no qual metade da produção desenvolvida na área disponibilizada deveria ser entregue ao dono da terra. Portanto, ainda existia uma relação de desigualdade onde os negros tornavam a terra produtiva e os brancos usufruíam dos lucros gerados pelo trabalho. Flávio conta que seu pai, Naudolino Silveira Machado, trabalhou sob essas condições, como meeiro.

Com o passar do tempo, a população negra foi conseguindo adquirir suas propriedades, assim como também receberam doações dos grandes fazendeiros, que concederam as “terras de cima” para os negros, ou seja, as terras mais próximas do oceano atlântico, por terem o solo mais arenoso e serem menos produtivas. Desta forma, as “terras de baixo” representam as terras mais próximas da laguna dos patos e possuem um solo mais argiloso, com mais matéria orgânica, sendo melhor para o plantio. Dentro deste contexto surge o nome da comunidade,

pois representa a saída dos ex-escravizados das fazendas Machado, Xavier e Silveira; dando origem a uma nova morada, ou seja, uma Vila Nova.

As terras que hoje são habitadas pela comunidade quilombola Vila Nova, são resultados do processo de divisão das terras descrito acima, mas também do êxodo rural no município de São José do Norte (SJN). Flávio relata que muitos quilombolas venderam suas terras e foram embora para a cidade (centro de SJN e Rio Grande), pois a infraestrutura era pouca, tendo como exemplo a luz elétrica que foi chegar apenas em 2005 na região com o programa Luz Para Todos.

Flávio também recorda a diáspora de seus ancestrais, que é repassada nos relatos das pessoas mais velhas habitantes da região, como é o caso da senhora Conceição Maria da Silveira (figura 10). Conhecida popularmente como “Dona Cachê” (87 anos), Conceição remonta em suas narrativas um naufrágio marítimo que ocorreu na região litorânea, próxima ao Capão do Meio, e trouxe diversas famílias negras dentro do porão do navio, que por fim acabaram permanecendo na localidade. Outra história que se faz presente nos relatos de Flávio, é de que seu avô materno, João Francisco Xavier, teria suas origens familiares oriundas das charqueadas em Pelotas.



Figura 10: Conceição Maria da Silveira (fonte: Giulia Sichelero, 2022)

Através das narrativas de Flávio, é possível destacar que já são cinco gerações da família Machado Xavier presentes no território, como podemos

observar na árvore genealógica disposta na figura 11, contabilizando mais de 200 anos da presença quilombola em SJN, no distrito do Capão do Meio.

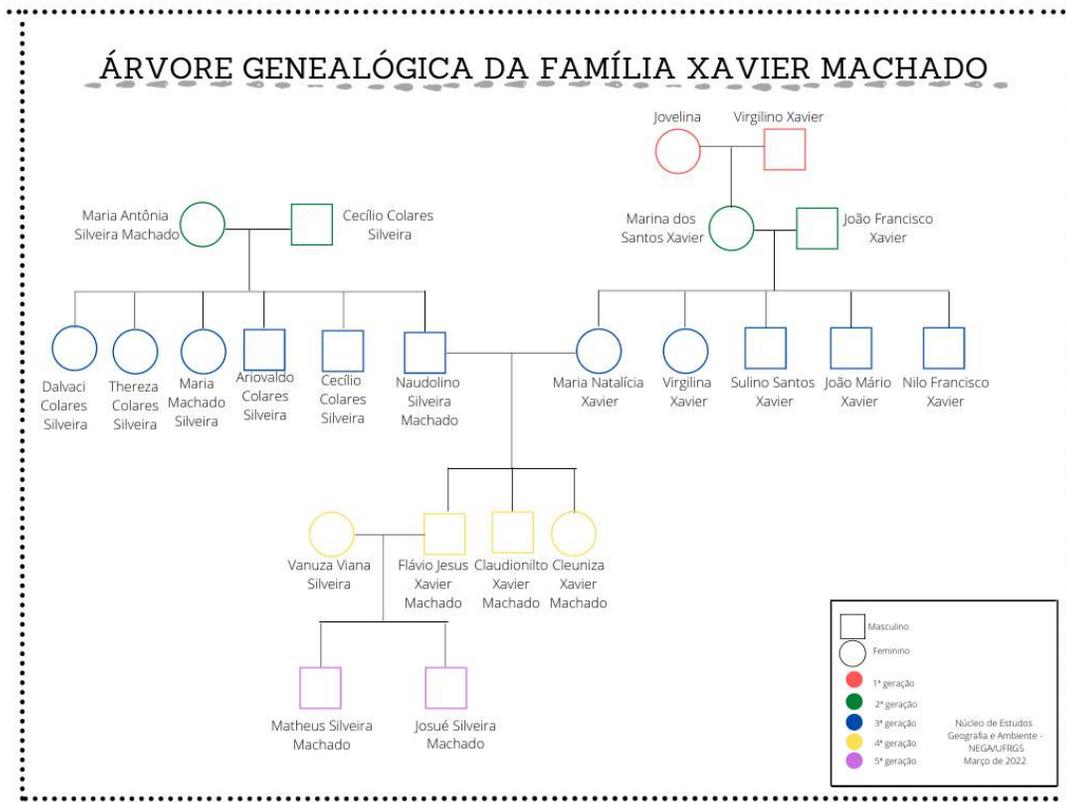


Figura 11: Árvore Genealógica da Família Xavier Machado (fonte: SICHELERO, 2022)

4.2 Auto Demarcação Territorial

O objetivo geral desta pesquisa, está no ato de reconhecer as principais ameaças que o Neoeextrativismo em SJN traz ao modo de vida quilombola da comunidade Vila Nova. Por tal razão, aplicando a metodologia da pesquisa participante busquei sempre ouvir os quilombolas que vem enfrentando esses processos de transformação ambiental ao longo dos anos no seu território.

A primeira entrada neoeextrativista no município teve início nos anos 1970, com a chegada das empresas de silvicultura a partir da introdução da espécie da árvore exótica *Pinus Elliotti* para extração de resina e beneficiamento de madeira. A inserção da espécie acabou sendo muito agressiva para o ambiente, devido a sua facilidade de reprodução, fator que causa grande prejuízo à biodiversidade local dos campos de dunas e da vegetação costeira conhecida como restinga. Ao questionar Flávio como foi o diálogo das empresas com a população local ele relata:

“ Eles chegaram e foram plantando. Algumas áreas eles fizeram proposta de arrendamento, outras as pessoas não arrendaram, mas eles plantaram igual. Era área de muita duna, não se usava para muita coisa além do gado, e aí eles foram plantando”. (Machado, F.; 03/2022)

Os campos de dunas invadidos por Pinus, impactam principalmente a fauna e a flora nativa através de processos como, competição, sombreamento e deposição de serrapilheira. Interferem na dinâmica sedimentar do ambiente e, conseqüentemente, nas funções e nos serviços ecossistêmicos das dunas (SCHALEMBERGER, 2017). A chegada desta economia em São José do Norte fez com que muitas áreas naturais fossem degradadas, transformando boa parte da paisagem litorânea costeira local em um deserto verde (figura 12).



Figura 12: Invasão de Pinus dentro do território do Quilombo Vila Nova. (Fonte: Bruno Pedrotti, 2022)

É necessário um manejo constante da Pinus para que a planta não invada todo o terreno. Áreas que eram destinadas para produção de cebola, arroz, milho ou outros cultivos e criação de gado deixaram de ser produtivas e passaram a ser improdutivas para o modo de vida das populações habitantes em SJN. As empresas Florestadora Palmares Ltda (FLOPAL) e Âmbar Florestal são as responsáveis por

essa transformação da paisagem, fauna, flora e modo de vida acarretada pelo plantio excessivo e sem manejo de Pinus.

Dentro deste contexto as famílias precisaram se adaptar ao novo recurso disponível. Muitos agricultores e pecuaristas se viram obrigados a trabalhar para as empresas, como é o caso de Flávio que relata ter trabalhado para a empresa Âmbar. Atualmente o Pinus virou uma fonte de renda para as famílias quilombolas, pois o Pinus no seu território é “nativo”, cresceu sozinho, e com a dificuldade no manejo da planta e suas terras improdutivas para pecuária e agricultura, se encontram subordinados às empresas, pois os processo de extração da resina e beneficiamento da madeira que realizam em suas terras são vendidos para as empresas FLOPAL e Âmbar.



Figura 13: Josué Silveira Machado mostrando como é realizada a coleta de resina. (fonte: Giulia Sichelero, 2022)

Há uma divergência, presente nos dias de hoje, em relação aos limites entre o território quilombola e as áreas cultivadas pela empresa. Os moradores do

quilombo denunciam que a Âmbar teria se apossado de uma parte do território pertencente ao quilombo. Resgatando as ideias de Benjamin Franklin Chaves Jr. (ACSELRAD, 2002), é possível perceber nessa ação da empresa uma demonstração do racismo ambiental enfrentado pela população negra rural no Rio Grande do Sul.

Existem ainda outras divergências, pois atualmente há uma grande especulação energética no município de SJN que acaba ameaçando o modo de vida tradicional do Quilombo Vila Nova, mas também todos os ecossistemas e populações inseridas nesta região. De um lado está a mineração de Titânio, que de acordo com Flávio em entrevista:

“Os projetos de mineração, no meu entendimento, é muito pior que o pinus. Eu parto do seguinte princípio: todo o território de SJN é abastecido com água do lençol freático. São lençóis rasos, poços de ponteira rasa entre 7 e 8 metros de profundidade, no máximo 25 metros. Depois disso, a água já não é tão boa. Se tu pensar em uma mineração com uma escavação profunda - no EIA RIMA eles dizem que vão até 25 metros - automaticamente tu vai estar afetando todo o nosso lençol freático, que é o consumo de água para o consumo humano, para os animais. Então, esse é o primeiro ponto muito grave desse processo de mineração que as pessoas precisam estar avaliando. Claro que a gente não é técnico formado nisso, mas a experiência nos dá esse conhecimento.”
(Machado, F.; 03/2022)

Ao questionar outros quilombolas acerca da mineração na região, era comum a fala “para onde nós vamos ir?” . O atual Projeto Retiro que está no processo de licenciamento ambiental juntamente com os dois complexos eólicos assustam as famílias quilombolas, justamente por isso elas se mobilizam e participam dos movimentos sociais como o Comitê de Combate à Mega Mineração articulando formas de permanecerem no território sem a degradação ambiental, é dentro deste espectro que está a relevância deste trabalho.

Outro fator que tem trazido preocupação para a comunidade Vila Nova é a questão dos complexos eólicos. A fala de Flávio sobre esses empreendimentos:

“Uma das primeiras perguntas que precisamos fazer sobre esses projetos de energia eólica é pra quem é essa energia? Essa energia vai ser pra nós que estamos aqui? Provavelmente não. Essa energia é para esses tipos de empreendimentos muito grandes, que precisam de uma capacidade de energia muito maior do que essa que a gente tem hoje aqui. A que a gente tem hoje aqui, na verdade, é suficiente para aquilo que estamos fazendo. Tem vários empreendimentos muito grandes, com agressões muito grandes que precisam de uma demanda muito maior de energia, então essa energia não deve ser para nós.” (Machado, F.; 03/2022)

Sua companheira Vanusa, complementa com a fala e o posicionamento da comunidade:

E vão instalar uma torre ali nas tuas terras, tu não pode usar. Se as terras que temos são poucas, ninguém tem fazendas com hectares e hectares de terra. Não, o que a gente têm é 5 ou 10 hectares, é pouco. Então, não tem como isso acontecer. Nós, pelo menos, não queremos. (Machado, V., 03/2022)

Por tais imposições socioeconômicas estarem pressionando o modo de vida e o bem viver da comunidade através da expansão geográfica das fronteiras de commodities, que é representada por essa colonização de novas terras em busca de matérias-primas (minerais, energia elétrica, petróleo, biomassa) (CONDE e WALTER, 2016) que o Quilombo Vila Nova sentiu a urgência na realização da demarcação do seu território. Processo no qual o INCRA ainda não realizou, mesmo a comunidade já tendo recebido a certidão de reconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares no ano 2010.

A delimitação do território habitado pelas famílias quilombolas foi um dos principais objetivos da cartografia co-participativa realizada em campo. Realizamos a demarcação coletando os pontos GPS ao longo dos terrenos das famílias que se autodeclararam quilombolas (Figura 14), sob a orientação da liderança Flávio Machado. A preocupação das famílias desdobra-se no sentido de ficarem limitadas dentro da sua territorialidade, incapazes de utilizar suas próprias terras para

sobreviver. Flávio explica que o sentimento é de “estar sendo cercado” pelas empresas. Ressalta que logo agora que a comunidade e as famílias conquistaram mais autonomia através de programas de incentivo a agricultura e pecuária, precisam enfrentar essa disputa desigual pelo seu território que lhes pertence e é habitado há cinco gerações.

É neste contexto que elaborei uma primeira versão deste mapa de demarcação (figura 15) para essa publicação. Chamo de primeira versão porque ainda existem áreas que precisam ser revisadas e demarcadas, e esta será uma tarefa que desejo realizar ao retornar a comunidade para conversarmos melhor sobre os pontos coletados e as delimitações mais aprofundadas, trazendo mais precisão e diálogo para essa tarefa tão difícil que é delimitar um território.



Figura 14: Coleta de pontos GPS ao longo do território com Giulia Sichelero e Winnie Dobal (Fonte: Júlia Ilha, 2022)

Dentro das minhas experiências como bolsista de iniciação científica do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA) ainda não tinha vivenciado um

trabalho como este de demarcação de um quilombo rural. Momento que foi muito significativo para a minha trajetória como acadêmica de geografia, principalmente por todo o acolhimento da comunidade com a equipe de trabalho, pelo vínculo construído e por toda a oralidade quilombola, pelas aulas de geografia sobre o território que o Flávio me deu, episódios que me deixaram muito emocionada e feliz por ter escolhido a profissão de geógrafa para a minha vida.

Ao longo do trabalho de campo fui surpreendida pelo tamanho do território quilombola, pois no espaço urbano os quilombos possuem territórios contínuos e menores e o que verifiquei no quilombo Vila Nova foi um vasto território de aproximadamente cem hectares fragmentado em pequenas propriedades. Apesar de ter pesquisado o tamanho do território e lido sobre algumas características centrais da comunidade antes de ir para São José do Norte, tive alguns problemas relacionados à metodologia da cartografia coparticipativa por não ter uma experiência prévia com uma comunidade quilombola rural.

A metodologia da cartografia coparticipativa prevê a impressão de uma imagem de satélite da região no qual o quilombo está inserido, e é a partir da leitura dos quilombolas sobre esta imagem que começamos a mapear o território. Justamente nessa fase da cartografia, na qual precisamos de uma imagem abrangente onde os quilombolas consigam se localizar e apontar seus principais marcadores territoriais é que tivemos problemas. A imagem escolhida para a realização da cartografia foi muito pequena. Claro que abrangia alguns dos principais pontos, como o centro do distrito de capão do meio e as principais propriedades.

Entretanto, ainda assim, durante a aplicação da entrevista semi-estruturada, a família Machado citou e procurou diversas localidades no mapa e algumas não foram encontradas porque a imagem não foi pensada para essa escala mais abrangente do município. Todavia conseguimos realizar o mapeamento da mesma forma utilizando os recursos disponíveis no momento e ficou o aprendizado sobre a dimensão do espaço rural para as próximas imersões em quilombos rurais.

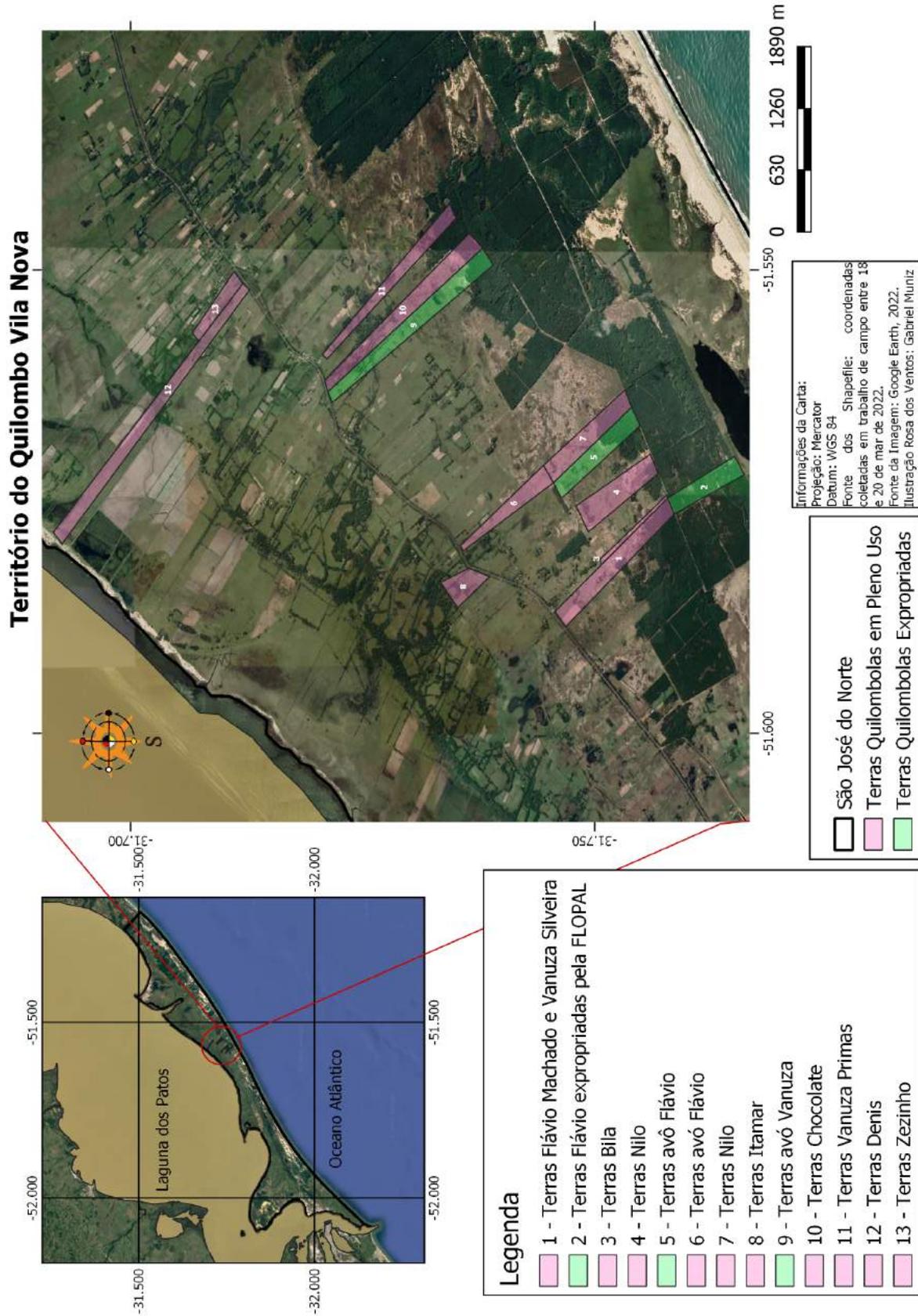


Figura 15: Território pertencente ao Quilombo Vila Nova em SJN/RS. (Fonte: Giulia Sichelero, 2022)

4.3 Marcadores Territoriais e a Territorialidade do Quilombo Vila Nova

Neste subcapítulo irei trazer as cartografias contra-coloniais desenvolvidas em campo, que nas ideias de Antonio Bispo Santos (2005) tem o objetivo de propor a interpretação do mundo a partir dos sujeitos que se opõem e resistem aos processos colonizadores, e que apesar de serem violentados pelo colonialismo não se deixam dominar por ele, e portanto, no jogo de colaborações e contradições do poder, segue engendrando tradições e culturas que movimentam a produção do espaço rural.

Associamos ao desenvolvimento das cartografias as construções teóricas de marcadores territoriais de Isabel Henriques (2003), e da construção dos valores afro-civilizatórios dado por Azoilda Trindade (2010), e que são enunciados pelos entrevistados ao longo da construção dialógica dos mapas que foram resultado da realização de entrevistas semi-estruturadas sobre o lugar, e as memórias, e trajetórias do entrevistado (Anexo 1), onde com o auxílio de uma imagem de satélite registramos as marcas do território da comunidade (Figura 16). É através do lugar de escuta (FREIRE, 2016) que ocupamos como pesquisadora/es que desenvolvemos, em parceria com as lideranças comunitárias, as interpretações e afirmações sobre os territórios quilombolas que dão origem às cartografias contra-coloniais.



Figura 16: Realização da Cartografia Coparticipativa. (fonte: Bruno Pedrotti, 2022)

Como um dos instrumentos de representação do território quilombola, desenvolvemos a partir das narrativas espaciais das lideranças uma série de iconografias (Figura 17) baseadas nos marcadores territoriais identificados ao longo do processo cartográfico.

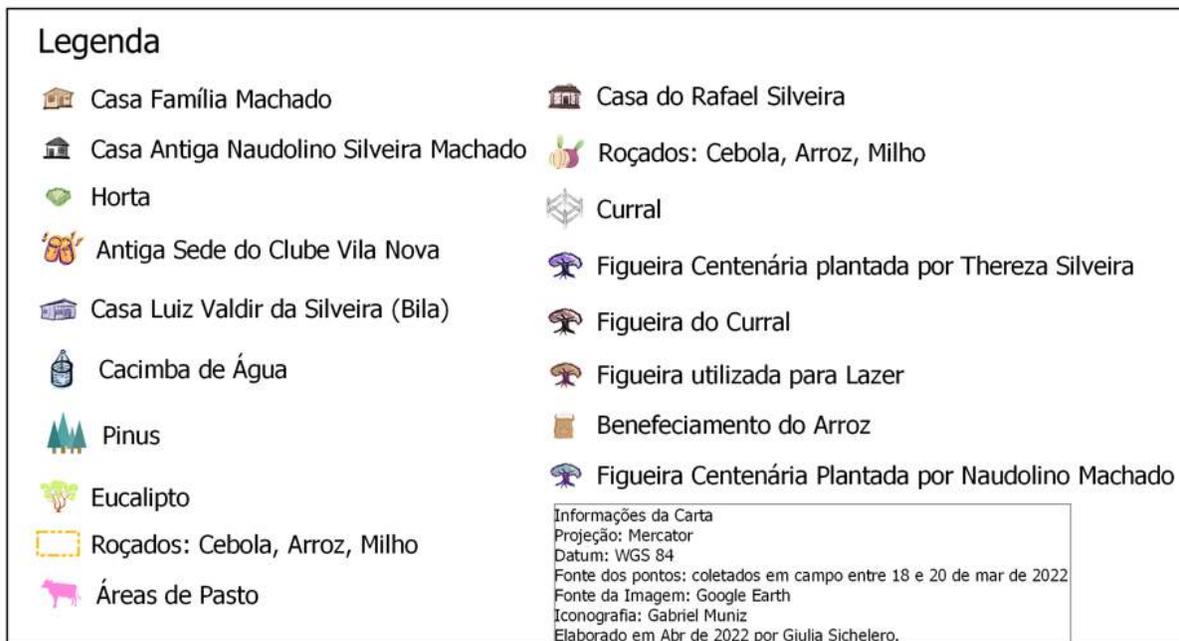


Figura 17: Iconografias criadas para representar os marcadores territoriais do Quilombo Vila Nova
(Fonte: Gabriel Muniz, 2021 e Sichelero, 2022)

Para Pires e Bitencourt (2021) as memórias, ancestralidades, corporeidades e energia vital que representam alguns dos valores civilizatórios afro brasileiros de Azoilda Trindade (2010), se constituem em marcas territoriais vividas e expressas na oralidade das comunidades quilombolas. É a partir de experiências vividas com o espaço que o corpo-território quilombola se consolida e afirma suas bases, para resistir e existir.

Através da valorização da oralidade, as quais compõem histórias que vivenciam as geografias quilombolas, tomamos a escuta da palavra como um dos métodos de elaboração do mapa dos marcadores territoriais (Figura 18), estes que para Henriques (2003) representam a história do território, tanto por formas e por arranjos espaciais como pela presença dos espíritos dos antepassados, pela acumulação de sinais (marcadores); uns criados pela natureza e reinterpretados socialmente e outros provindos do sagrado, do indivíduo e da sociedade.

Quilombo Vila Nova Marcadores Territoriais

51°35.100'W

51°34.800'W



Figura 18: Marcadores Territoriais Quilombo Vila Nova (fonte: Giulia Sichelero, 2022)

Todos os marcadores territoriais registrados no mapa (fig. 18) representam a propriedade da família Machado, entretanto percorrendo as demais propriedades foi

possível observar que a organização do território é muito semelhante em todas as terras quilombolas. Destacando-se a criação de gado, plantio de arroz, milho, cebola, assim como o cultivo de hortas, o extrativismo da palmeira nativa Butiá também é bem comum nas famílias quilombolas que possuem o hábito de congelar os frutos para o consumo do suco de butiá ao longo de todo o ano.

A cultura da agricultura familiar está muito presente no Quilombo Vila Nova, e é desta forma que sobrevivem, comercializam seus produtos na feira orgânica que acontece nas terças-feiras no centro de SJN, e também integram a Cooperativa de Agricultores Familiares de São José do Norte (COOAFAN) onde organizam-se com diversos agricultores locais, não necessariamente quilombolas. Na figura 19 podemos observar um pouco da diversidade de produtos que são comercializados pela família Machado.



Figura 19: Gado, arroz orgânico, frutos de Butiá e roçado de milho presentes no quilombo Vila Nova (Sichelero, 2022)

A presença abundante das figueiras na vegetação costeira de SJN chamou a minha atenção, estas mesmas são utilizadas para diversos fins na comunidade:

funcionam como cerca, auxiliam a estrutura do curral e também servem para o lazer com a instalação de um balanço, além de é claro fornecerem sombra durante o verão. Flávio destaca que dentro do território de sua família várias dessas árvores foram plantadas e cultivadas por membros da família como seu pai e sua tia.

A fisionomia do litoral médio é descrita por Filho e Winckler (2020), destaca-se por ser predominantemente campestre com capões de vegetação de restinga e figueiras que são controladas pelos fatores climáticos, como a maresia e o forte vento nordeste, pela pobreza dos solos e pelo pouco tempo transcorrido (cerca de 5 mil anos) desde o último avanço do mar sobre o continente, também pode-se destacar as grandes extensões de palmares da palmeira Butiá.

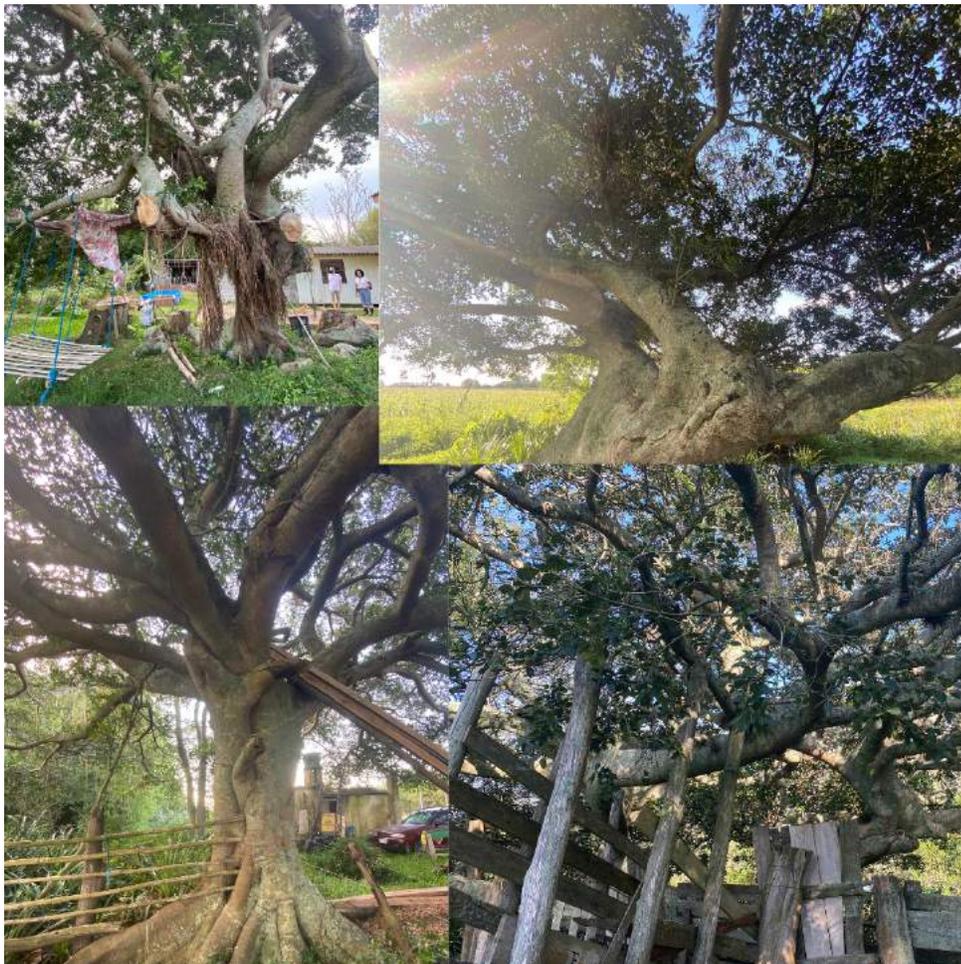


Figura 20: Figueiras (fonte: Sichelero, 2022)

Dentro da metodologia dos marcadores territoriais, também construímos junto com a comunidade o mapa da territorialidade do Quilombo Vila Nova (Figura 22),

este que abrange a escala do entorno do quilombo e que representa as ligações históricas e cotidianas da comunidade com equipamentos públicos, com espaços de cultos religiosos e com espaços da ancestralidade quilombola. Compreendendo marcadores territoriais e territórios, além de seus limites, que demonstram as relações com a territorialidade quilombola.

Cabe destacar alguns pontos percorridos que tem grande importância histórica para a comunidade. O marcador, que pode ser identificado como Casa Antiga da Família Amaral, representa a antiga fazenda dos Amaral. Local onde o pai de Flávio, o senhor Naudolino Machado trabalhou durante a infância de Flávio, este mesmo relata que sua família morava em outra casa destinada aos empregados dentro da fazenda Amaral. A arquitetura da casa remete às casas da época das charqueadas, como pode ser observado na figura 21.



Figura 21: Sede da fazenda pertencente a família Amaral e Flávio Machado (Fonte: SICHELERO, 2022)

Quilombo Vila Nova e sua Territorialidade com a Região Costeira

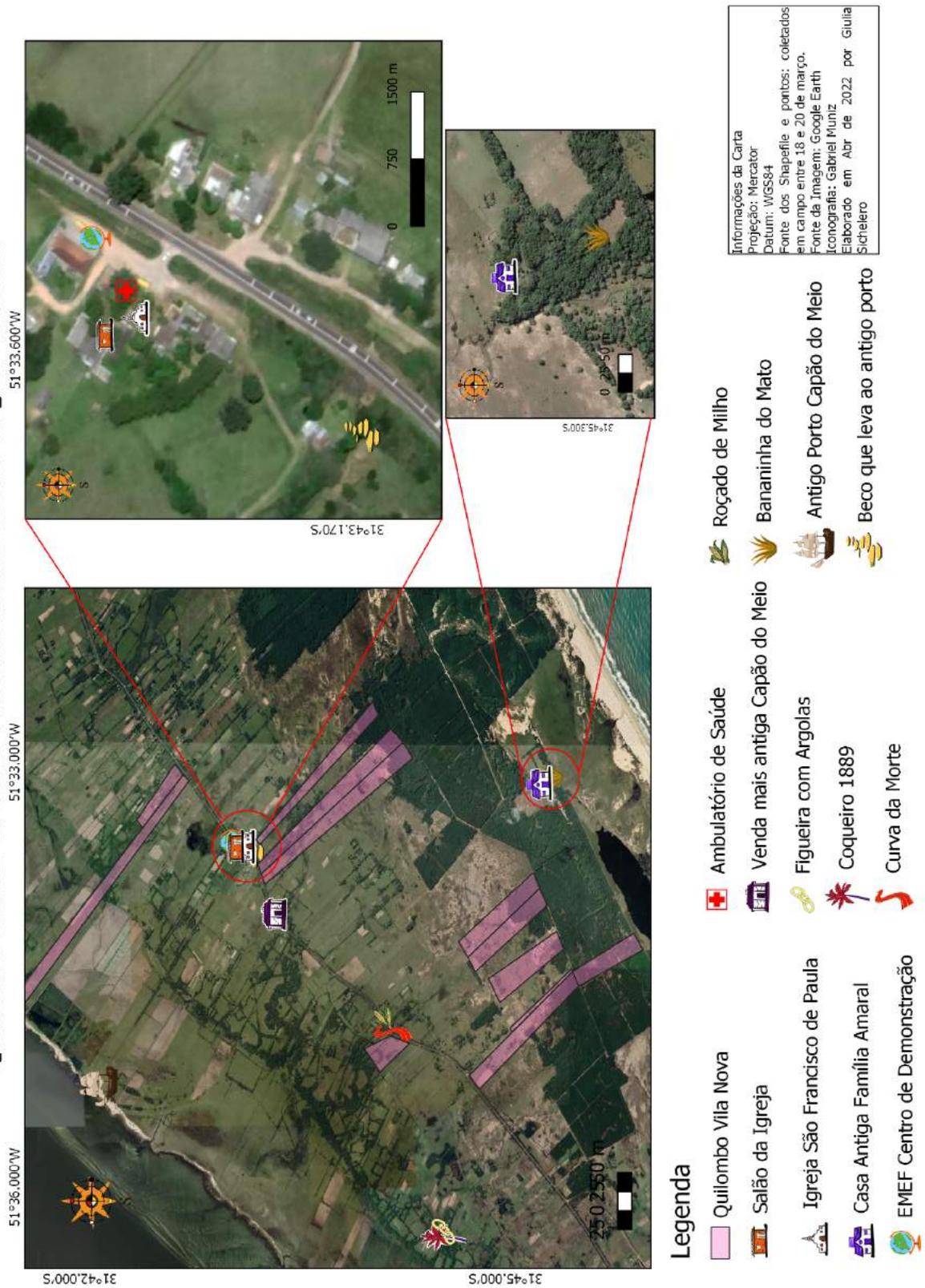


Figura 22: Quilombo Vila Nova e sua Territorialidade com a Região Costeira (FONTE: Sichelero, 2022)

Os marcadores intitulados como Figueira com Argolas e Coqueiro 1889, trazem as marcas vivas da escravidão em São José do Norte. A árvore figueira possui uma argola presa ao seu tronco, as narrativas da população local trata deste símbolo como o local onde acontecia o comércio dos africanos escravizados no distrito de capão do meio, assim como o coqueiro jerivá que tem em seu tronco carimbado a data 1889 e encontra-se próximo a localidade da figueira, levando a hipótese de que o tráfico transatlântico estava presente na região nesta data.

Atualmente esses pontos não ficam em áreas pertencentes a comunidade quilombola, historicamente estão inseridos dentro da propriedade de uma família escravocrata da região que mantém suas terras e produtividade na fazenda até os dias de hoje e inclusive se incomodam com a visita desses marcadores por turistas, pesquisadores e quilombolas. Entretanto as famílias negras e autodeclaradas quilombolas reconhecem este local como importante para sua territorialidade fazendo questão de mostrar e narrar essas marcas no espaço.



Figura 23: Coqueiro Jerivá com a data 1889 grifada (Fonte: SICHELERO, G. 2022)



Figura 24: Figueira com argola dentro de seu tronco (Fonte: foto de cima documentário um quilombo em SJN⁷, foto de baixo - SICHELERO, 2022)

4.4. Consulta Prévia, Livre e Informada

A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989 se trata do primeiro instrumento internacional vinculante que aborda especificamente os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Os conceitos básicos que norteiam a interpretação das disposições da Convenção são a consulta e a participação dos povos interessados e o direito desses povos de definir suas próprias prioridades de desenvolvimento na medida em que afetem suas vidas, crenças, instituições, valores espirituais e a própria terra que ocupam e utilizam. O parecer técnico-jurídico referente ao direito à consulta livre, prévia e informada (2022) elaborado pelas entidades NEGA UFRGS, Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do RS, Núcleo de Estudos em

⁷ Documentário acessado via YouTube em 1/set/2022, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mCZvhKoc7-g&t=913s>

Desenvolvimento Rural e Mata Atlântica UFRGS e Escritório Modelo de Assessoria Jurídica da FURG defende as comunidades tradicionais que serão atingidas pelos empreendimentos eólicos sem o direito a consulta. Informando com o seu conteúdo as disposições incluídas na convenção. Desta forma a convenção 169 impõe aos estados signatários, como o caso do Brasil, a garantia da participação de povos tradicionais em ações que impactem diretamente seus direitos. O que está descrito em seu art.6º:

1. Na aplicação das disposições da presente Convenção, os governos deverão:

a) **consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados** e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;

b) **criar meios pelos quais esses povos possam participar livremente**, ou pelo menos na mesma medida assegurada aos demais cidadãos, em todos os níveis decisórios de instituições eletivas ou órgãos administrativos responsáveis por políticas e programas que lhes afetem;

c) estabelecer meios adequados para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas próprias desses povos e, quando necessário, disponibilizar os recursos necessários para esse fim.

2. **As consultas realizadas em conformidade com o previsto na presente Convenção deverão ser conduzidas de boa-fé e de uma maneira adequada às circunstâncias**, no sentido de que um acordo ou consentimento em torno das medidas propostas possa ser alcançado.

O parecer técnico-jurídico (2022) defende que entre os processos que devem ocorrer a consulta a esses povos está o licenciamento ambiental, portanto a convenção garante o direito à consulta livre prévia e informada dos povos e populações tradicionais sobre processos e empreendimentos que possam impactar negativamente o seu modo de vida. A consulta é dever e deve ser realizada pelo Estado, em que segundo Silva (2019) os povos deverão ser consultados, mediante procedimentos apropriados, por meio das instituições representativas dos próprios povos. É o órgão licenciador IBAMA que deve assumir a responsabilidade da consulta e comunicação com as comunidades e povos tradicionais.

A violação do direito à consulta livre prévia e informada tem sido frequente no estado do RS e no Brasil, em que projetos são licenciados sem qualquer forma de consulta às comunidades tradicionais. Como é o caso do Quilombo Vila Nova que

não foi consultado por nenhum dos empreendimentos que pretendem se instalar no seu entorno: Projeto Retiro, pela empresa Rio Grande Mineração; Complexo Eólico Bojuru e Complexo Eólico Ventos do Atlântico. A observação e os estudos acerca dos impactos cumulativos e sinérgicos entre esses projetos é desconhecida mesmo que tal estudo seja exigência da Resolução CONAMA 01/86 em seu art.6º e se observe tal solicitação nos Termos de Referência para a elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental.

Silva (2019) também ressalta que no Brasil, os sujeitos da Convenção n. 169, são identificados como povos indígenas e povos tradicionais, incluindo as comunidades quilombolas e os diversos povos e comunidades tradicionais que habitam o país e possuem modo de vida tradicional e territorialidade própria. Os Estudos de Impacto Ambiental formalmente caracterizam os povos que estão localizados próximos aos empreendimentos, entretanto este processo é insuficiente para as comunidades que acabam sendo citadas nos estudos sem mesmo saber da existência desse processo no licenciamento ambiental. Por isso é necessário que se estabeleça um processo informativo de comunicação com as populações possivelmente atingidas antes da elaboração do EIA.

Ainda é ressaltado pelo parecer técnico jurídico (2022) a importância que os projetos e empreendimentos sejam conhecidos, bem como seus impactos, por parte dos povos que sofrerão as consequências negativas no seus modos de vida, em sua saúde e em seu ambiente. Por conseguinte, a consulta prévia, livre e informada é um processo e a sua ausência não pode ser compensada ou mitigada através dos Planos e Programas estabelecidos pelo órgão ambiental licenciador, pois fere a autonomia dos povos e comunidades tradicionais e seu direito ao consentimento aos empreendimentos em licenciamento ambiental. Evidenciando que o processo da consulta pode ajudar a qualificar os empreendimentos e evitar graves danos causados às comunidades tradicionais e ao meio ambiente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para responder a pergunta de pesquisa que estabeleci no início deste trabalho de conclusão de curso foi necessário movimentar muitas informações desconhecidas por mim acerca do município de SJN, assim como a compreensão sobre os quilombos rurais no litoral médio também. Desta maneira pude ter a experiência de organizar um trabalho de campo e uma equipe multidisciplinar (figura 25), tarefas que me preencheram de aprendizados e trocas. Desta forma concluo que o Neoextrativismo como movimento de desenvolvimento econômico através da exploração dos recursos naturais com o objetivo de exportação tem sido um modelo adotado em diversas regiões do Brasil e da América Latina desde a colonização europeia. Podemos ver esse movimento econômico se expandindo até pequenos municípios, como é o caso de São José do Norte que já conta com três entradas neoextrativistas, começando pelo plantio de pinus na década de 70, a especulação minerária e mais recentemente a energia eólica reafirmando assim uma financeirização da natureza.

Por conseguinte, ainda vivenciamos o colonialismo das mais variadas formas e principalmente através do racismo ambiental que se repercute através da injustiça racial sofrida por minorias, como é o caso das comunidades tradicionais que diariamente são impactadas por empreendimentos de grande porte; tais empresas possuem investimentos internacionais e a intenção de provocar a desterritorialização das comunidades em prol do desenvolvimento econômico, movimento que gera cada vez mais desigualdades ambientais. Essa já é uma realidade que vivenciamos no nosso país e continente, é com essa metodologia que a diversidade populacional brasileira vem diminuindo ao longo dos anos.

O presente trabalho de conclusão é fruto da reunião das narrativas do Quilombo Vila Nova e da revisão documental realizada junto a arquivos de acesso público em plataformas virtuais e presenciais. Além de organizar, sobre o viés geográfico, o discurso quilombola da comunidade Vila Nova sobre o território legitimamente reivindicado por eles e sob disputa com os três empreendimentos que se encontram na fase de licenciamento ambiental. Asseguro tecnicamente a partir da argumentação espacial validada nas investigações que a ocupação da comunidade no local onde está assentada, não só data de mais de quatro gerações,

através do testemunho vivo de Vanuza e Flávio Machado, nascidos e criados no território, como também contribui e agrega valor a comunidade do entorno, através das ações comunitárias e o engajamento da família com as atividades culturais e econômicas do distrito do Capão do Meio.

O Quilombo Vila Nova se encontra entre três empreendimentos, são três empresas que estão passando pelo processo de licenciamento ambiental definido pelo IBAMA, sendo que nenhuma dessas empresas realizou a consulta livre, prévia e informada definida como fase obrigatória dentro do licenciamento ambiental. Isto posto, posso responder a pergunta de pesquisa “como o neoextrativismo afeta o modo de vida do Quilombo Vila Nova em SJN?” com um primeiro adendo, enfatizando o quanto os saberes quilombolas tradicionais da lida com a terra e as opiniões quilombolas acerca do futuro dessa terra habitada estão sendo invisibilizadas. Portanto, o modo de vida quilombola é afetado, começando pela invisibilização da sua presença no território e também pela não escuta das trajetórias comunitárias.

O modo de vida no Quilombo Vila nova vem da lida com a terra através da agropecuária, a tradição quilombola está na agricultura familiar. A mineração de titânio especulada pela Rio Grande Mineração S.A. irá impactar principalmente a questão hídrica do município como um todo, prejudicando o acesso à água que é essencial para a sobrevivência e para a agricultura. Enquanto os parques eólicos afetam a territorialidade quilombola, o Complexo Eólico Bojuru assim como o Complexo Eólico Ventos do atlântico encontram-se próximos do quilombo e se instalados possivelmente irão reduzir os locais de acesso da comunidade, locais de lazer e de extrativismo local de frutos nativos e até mesmo podem vir a prejudicar a agropecuária familiar.

Desta forma, compreendo como iminente a permanência do Quilombo Vila Nova no lugar onde estão assentados a mais de duzentos anos, preservando a função social da terra para fins de moradia e agropecuária, bem como salvaguardando a proteção dos sujeitos da família frente às violências oriundas do racismo ambiental e da especulação fundiária, sanando definitivamente as disputas e ameaças de remoção da família de seu território. Considerando os trabalhos de campo, as fontes orais e as pesquisas documentais, sobretudo através das imagens

aéreas, concluo que o Quilombo Vila Nova se apresenta como uma contribuição relevante para a preservação ambiental e para o desvelamento da trajetória histórica e geográfica das comunidades quilombolas certificadas no litoral médio do RS.



Figura 25: Equipe de campo e entrevistados. Em pé da esquerda para a direita: Giulia Sichelero, Paulinho Betanzos, Flávio Machado, Matheus Machado, Vanuza Machado, Lara Bitencourt, Winnie Dobal. Sentados da esquerda para a direita: Bruno Pedrotti, Laisa Zatti, Eni Xavier, Josué Machado e Júlia Ilha.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental e Construção Social do Risco**. UFRJ, 2002.

BRANDÃO e STECK, Carlos Rodrigues e Danilo Romeu. **Pesquisa Participante: a Partilha do Saber**. Ideias e Letras, Ed;1. 2006.

BERUTE, Gabriel Santos. **Dos Escravos que Partem para os Portos do Sul: Características do Tráfico Negroiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790 - c.1825**. UFRGS, Porto Alegre, 2006.

BIZARRIA, Maria Teresa Braga. **Bem Viver (Suma Qamaña) e o Neoeextrativismo na Bolívia: o caso Tipinis**. Dissertação de Mestrado (Relações Internacionais). UFRGS, Porto Alegre, 2013.

BRAIDO e CAPORLINGUA, Juliana Agostini e Vanessa Hernandez. **Da Cidadania Ambiental à Educação Ambiental Política: Desafios na Pesca Artesanal em Rio Grande- RS e em São José do Norte-RS**. Revista Direito Ambiental e Sociedade, V.4 n.2, 2014.

BRASIL, Decreto Nº 6040 de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição.

BAITELLI, Ricardo. **Evolução Paleogeográfica do Sistema de Paleodrenagem do Rio Jacuí na Planície Costeira do Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. Porto Alegre, IGEO/ UFRGS 2012.

CAPA, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. **Revelando os Quilombos do Sul**. Pelotas, 2010.

CAVALCANTE e MENDES, Rosane B.L. e Carlos A.B. **Calibração e Validação do Módulo de Correntologia do Modelo IPH-A para a Laguna dos Patos (RS/Brasil)**. in RBRH - Revista Brasileira de Recursos Hídricos, Volume 19 N.3, Porto Alegre, 2014, pg 191-204.

Constituição Federal Brasileira de 1988. BRASIL, Lei 5788/90. **Estatuto da Cidade**. Presidente da República em 10 de julho de 2001.

DA SILVA, Liana Amin Lima. Sujeitos da Convenção N. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o direito à consulta e ao consentimento prévio, livre e informado (CCPLI). In: GLASS, Verena (org). **Protocolos de Consulta prévia e o direito à livre determinação**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; CEPEDIS, 2019. p.47-107.

FARINHA, Alessandra Buriol. **Memória e História da Mui Heroica Villa de São José do Norte: a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes**. 2017. 260p. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

FREITAS, Gabriella Rocha de. **Colonialidade, Desenvolvimento e Resistência Subalterna: a Instalação de Projetos de Infraestrutura de Grande Escala em São José do Norte**. 2019. 239p. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

FONTOURA, Luís Fernando Mazzini. **As relações sociais de produção e a produção do es-paço agrário em São José do Norte**. Porto Alegre, UFRGS, 1994. 126p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 54ª ed.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FILHO e WINCKLER, Althen T. e Lilian T. **Anais do I Congresso sobre o Bioma Pampa** [recurso eletrônico] : Reunindo saberes, 2020, UFPEL, Pelotas, RS.

GUDYNAS, Eduardo. **Diez Tesis Urgentes Sobre El Nuevo Extractivismo. Extractivismo, Política y Sociedad**, Editora CAAP & CLAES. Quito, 2009.

HARTMANN e HARKOT, Carlos e Paulo Fernando Carreta. **Influência do Canal São Gonçalo no Aporte de Sedimentos para o Estuário da Laguna dos Patos - RS**. in: Revista Brasileira de Geociências, FURG, Rio Grande, 1990.

HARTMANN, C., & CALLIARI, L. (1995). **Composição e Qualidade do Material em Suspensão durante Alta Turbidez na Extremidade Sul da Laguna dos Patos, RS, Brasil.** Pesquisas Em Geociências, 22(1-2), 74–83.

HERCULANO, Selene. O Clamor por Justiça Ambiental e Contra o Racismo Ambiental. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, São Paulo, 2006.**

HENRIQUES, Isabel Castro. **Território e identidade: o desmantelamento da terra africana e a construção - da Angola colonial (c. 1872-c. 1926).** Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa - 2003.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina.** - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO ; Niterói : Programa de Pós-Graduação em Geografia ; Universidade Federal Fluminense, 2021.

LEITE, Ilka Boaventura. **O legado do testamento: a Comunidade de Casca em perícia.** – 2ª Ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSC, 2004.

MOLET, Cláudia Daiane Garcia. **O Litoral Negro Do Rio Grande Do Sul, Durante o Século XIX: Reflexões Sobre o Conceito de Quilombo.** UFRGS, 2018.

MOLET, Claudia Daiane Garcia. **Parentescos, Solidariedades e Práticas Culturais: Estratégias de Manutenção de um Campesinato Negro no Litoral Negro do Rio Grande do Sul (do século XIX ao tempo presente).** UFRGS, Porto Alegre, 2018.

MARTIN, Maristel Coelho San. **Caracterização Socioeconômica e Espacial das Comunidades Pesqueiras de São José do Norte/ RS.** Marés, Revista de Geografia e Etnociências. Volume 1, número 2, 2019.

MACHADO, Roger Araújo. **Mineração e Planejamento Territorial: Estudo de Caso do Projeto Retiro no Município de São José do Norte/RS.** UFRGS, 2021.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Sistemas sociais alternativos organizados pelos**

negros: dos quilombos às favelas. Relatório narrativo final (mimeo), Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1981.

OIT, 2011. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho.** - Brasília: OIT, 2011.

Observatório de Conflitos Socioambientais do Extremo Sul do Brasil, NEGA (UFRGS), DESMA (UFRGS), EMAJ (FURG). **Parecer técnico-jurídico sobre o Direito à Consulta Prévia, Livre e Informada** no Processo de Licenciamento Ambiental do Complexo de Geração Eólica (CGE) Bojuru (São José do Norte/RS) e Linha de Transmissão (São José Do Norte/RS e Rio Grande/RS), 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PIRES e BITENCOURT, Cláudia Luísa Zeferino e Lara Machado, et. al, **Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre**, 1ª Edição, Porto Alegre, Editora Letra 1, 2021.

RANGEL, Tauã Lima Verdan. **Racismo Ambiental às Comunidades Quilombolas.** UFF, 2016.

RATTS, Alex. **Todas [as] distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento.** Editora Ogum's Toques Negros. Salvador, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombos: Modos e Significados.** Brasília, 2015.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996

SANTOS e MILANEZ, Rodrigo Salles Pereira e Bruno. **Neoextrativismo no Brasil? Atualizando a Análise da Proposta do Novo Marco Legal da Mineração.** UFF e UFJF, 2014.

SCHALEMBERGER, Gabriela. **Invasão de Pinus Elliotti Engelm no litoral Sul do Brasil**. Trabalho de conclusão de graduação, UFRGS, 2017.

TOMAZELLI, L. J. & VILLWOCK, J. A. **O Cenozóico costeiro do Rio Grande do Sul**. In: HOLZ, M. & DE ROS, L. F. Geologia do Rio Grande do Sul. 2000, p. 375-406. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/estratigrafia/Diversos/Tomazelli%20&%20Villwock%202000.pdf>.

Acesso em 18 de fev de 2022.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Percurso Metodológico. In: **Modos de fazer: cadernos de saberes, fazeres e atividades**. A Cor da Cultura, Fundação Roberto Marinho, RJ: 2010.

TOLDO Jr., E.E. 1994. **Sedimentação, predição do padrão de ondas e dinâmica sedimentar da ante praia e zona de surfe do sistema lagunar da Lagoa dos Patos**. Porto Alegre, 143p. Tese (Doutorado em Geociências), Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

VARGAS, Jonas. **Das Charqueadas para os Cafezais? O Comércio de Escravos Envolvendo as Charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880**. Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2011.

VINCENT e VASCONI, Helena Davino e Maria Clara Mendes. **Mineração na América do Sul, Neoextrativismo e Lutas Territoriais**. Interfaces, Revista de Extensão da UFMG, 2016.

WEISSHEIMER, Marco. **Impacto ambiental de projeto de mineração de titânio preocupa comunidade de São José do Norte**. Documento eletrônico. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2017/07/impacto-ambiental-de-projeto-de-mineracao-d-e-titanio-preocupa-comunidade-de-sao-jose-do-norte/> Acesso em 10 de Fev de 2022.

ANEXOS

Anexo 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
NÚCLEO DE ESTUDOS GEOGRAFIA E AMBIENTE
CRONOGRAMA TRABALHO DE CAMPO QUILOMBO VILA NOVA

Data prevista: 18, 19 e 20 de março de 2022

Objetivos:

- Identificar e demarcar os limites do território do Quilombo Vila Nova em São José do Norte
- Identificar e registrar os marcadores territoriais da comunidade
- Identificar e registrar as áreas ameaçadas pelos empreendimentos da Rio Grande Mineração, Complexo Eólico Bojuru e Complexo Eólico Ventos do Atlântico

Materials:	
2 ou +	Imagens de satélite do local em diferentes escalas
1	Mapa de São José do Norte
1	GPS
1	Gravador
1 conjunto	Caneta hidrocor
2	Máquina Fotográfica

Dia 1 18/03/2022:

Horário	Atividade
8:00 ✓	Saída de Porto Alegre/ Reitoria UFRGS
12:00 ✓	Pausa para almoço na estrada
13:00 ✓	Previsão de chegada
14:00 ✓	Recepção da comunidade

MARCADORES	equipe 1: Percorrendo o território e coletando pontos GPS, demarcação do território equipe 2: Captação de imagens e entrevistas (audiovisual)
18:00	Reunião para relatar o dia de trabalho e organizar o próximo dia
19:00	Café da tarde/ Janta
20:00	Descanso

Dia 2 19/03/2021:

Horário	Atividade
8:00	Café da manhã
9:00	equipe 1: Retomar a atividade de demarcação <i>território</i> equipe 2: coleta de entrevistas <i>DOC</i>
13:00	Pausa para o almoço
14:00	<i>✓</i> todos: Cartografia Social, coletando os marcadores territoriais.
18:00	Roda de conversa com a comunidade para tirar dúvidas e fazer registros
20:00	Café/ Janta e organização de trabalho para o último dia de campo

- * demarcação limites
- * marcadores antigos entre todos
- * entrevistas

Dia 3 20/03/2021:

Horário	Atividade
8:00	Café da manhã
9:00	Revisão de dados coletados, resolução de pendências. Voo de Drone
12:00	Pausa para o almoço
13:00	Retorno para Porto Alegre
18:00	Previsão de chegada em Porto Alegre

